Q-IIB Processo de Tombamento de bem material

“Jatobazeiro do Parque Municipal”



Prefeitura Municipal de Andradas – MG

Ano 2025 exercício 2027

MUNICÍPIO DE ANDRADAS – MG

QUADRO Q II B – PROTEÇÃO

C) Processos de Tombamento de Bens Materiais

Ano 2025 - Exercício 2027

Jatobazeiro do Parque Municipal

Bem Imóvel (BI)

Parque Municipal Ricardo Sassseron, Av. Procópio Stella, 1781, Andradas - MG, CEP: 37795-000

Coordenadas: -22.059686502219044, -46.556842869628554

Deliberação Normativa CONEP nº 01/2021 – Portaria IEPHA nº 34/2024 e nº 51/2025

Sumário

1. Introdução 4
2. Análise descritiva do bem cultural 6
2.1 Histórico do bem cultural – histórico do município de Andradas 6
2.2. A Estação de Enologia e o Parque Municipal Ricardo Sasseron 29
2.3. O Jatobazeiro do Parque Municipal 37
3. Descrição detalhada e análise do bem cultural 46
3.1. Análise do Estado de Conservação 68
4. Relação do bem com o entorno 68
5. Descrição da delimitação dos perímetros de tombamento e de entorno ao Bem 70
5.1. Perímetro de Tombamento 70
5.2. Perímetro de Entorno 72
6. Documentação Fotográfica 74
7. Diretrizes Intervenção no Bem Tombado e no Entorno 88
7.1. Diretrizes Gerais 88
7.2. Diretrizes de Proteção no Perímetro de Tombamento 89
7.3. Diretrizes de intervenção no Perímetro de Entorno 91
8. Motivações e justificativa para o Tombamento 93
9. Referências bibliográficas 94
10. Notificação do tombamento 98
11. Cópia da ata da reunião do conselho do patrimônio aprovando o tombamento 99
12. Cópia da Homologação do Tombamento 102
13. Cópia da inscrição no Livro de Tombo 103
14. Ficha técnica do Processo de Tombamento do "Jatobazeiro do Parque Municipal" 104

1. Introdução

A permanência no presente dos aspectos da memória e da história através do patrimônio constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desenvolvimento do homem. Nesse sentido, os bens culturais imóveis, podem e devem ser objetos do Tombamento a fim de garantir sua permanência. Por significação cultural ou caráter cultural entendemos os valores históricos, memorialísticos, indentitários, estéticos, científicos e/ou sociais que um bem representa. Os bens imóveis, móveis, conjuntos urbanos e paisagísticos, núcleos históricos são considerados materiais, portadores de um valor que, em determinado contexto social e cultural, a partir da ressonância junto à comunidade, se convertem e são construídos como patrimônio. Para que a preservação da memória e das referências culturais de um povo ocorra, devem ser estabelecidas medidas de acautelamento.

É nesse sentido de preservar esse exemplar material da identidade cultural andradense que o “Jatobazeiro do Parque Municipal” se insere. Não foi possível identificar o ano exato em que a árvore foi plantada. No entanto, supomos que, como a Estação de Enologia começou a funcionar em 1942, a árvore pode ter sido plantada nessa época. Isso se deve ao fato de que, em cerca de 10 anos, o exemplar já teria um porte significativo e, em uma foto de 1955, já é possível ver o jatobá em frente ao antigo galpão de máquinas da Estação de Enologia, onde atualmente funciona o Arquivo Público de Andradas. Sobre quem a plantou, acredita-se que tenha sido Norberto Pio de Magalhães.

O exemplar, além de valores naturais, também possui propriedades medicinais e nutricionais, dele se aproveita a casca, folhas, seiva, sementes e frutos. Além disso, sob a sombra do jatobazeiro, crianças, jovens, adultos e idosos se encontram, brincam, praticam exercícios, socializam e desfrutam de um ambiente agradável, em contato com a natureza. A população andradense possui uma relação afetiva, memorialista e simbólica com essa árvore. O local, graças à sombra proporcionada pela copa do grande Jatobá, é um espaço acolhedor, fresco e muito frequentado.

O tombamento e preservação da árvore tem grande importância histórica e simbólica, reconhecendo o papel inestimável dessas em nossa sobrevivência. Sua proteção pretende resguardá-la de ações irregulares, do descaso e do descuido, além de manter longe do esquecimento todas as memórias envolvidas com o bem.

A metodologia aplicada para a elaboração desse dossiê se baseou em pesquisa histórica, etnográfica, com entrevistas orais e pesquisa bibliográfica. Para tanto, um trabalho de campo foi realizado pela equipe de pesquisa no município de Andradas, entre setembro de 2024 e abril de 2025, cujas atividades de pesquisa ocorreram em sua zona urbana. A pesquisa e redação desse documento foram concluídas em setembro de 2025.

Adiciona-se à metodologia de trabalho, a conjugação entre pesquisa de campo e de gabinete, com o cruzamento desses dados à pesquisa bibliográfica e documental, para a construção da narrativa apresentada nesse dossiê. A elaboração desse estudo também se pautou nos parâmetros técnicos exigidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), seguindo a Deliberação Normativa do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) em vigência.

Desse modo, são apresentadas nas páginas desse dossiê as informações concernentes aos dados históricos tanto da região quanto do bem objeto de acautelamento, além da descrição detalhada do bem, as diretrizes de tombamento, fotografias do bem, documentação cartográfica e referências bibliográficas e documentais utilizadas, além da documentação burocrática que efetivou o tombamento.

Por todos os motivos explicitados, o bem material “Jatobazeiro do Parque Municipal” foi indicado para tombamento e aprovado na 136ª reunião do Conselho do Patrimônio Cultural de Andradas, realizada no dia 25 do mês de novembro de 2025. O tombamento foi homologado por meio do Decreto nº 3.383, de 12 de 2025 e o bem foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sujeito às proteções estabelecidas pela Lei Municipal n. 1429/2006. O bem foi inscrito na Categoria de “Bem Imóvel”.

2. Análise descritiva do bem cultural

2.1 Histórico do bem cultural – histórico do município de Andradas

Samambaia, São Sebastião do Jaguary e Caracol foram as denominações que antecederam o atual topônimo da cidade de Andradas, desde o final do século XVIII. Ao ser elevada a Vila, em 1888, São Sebastião do Jaguary foi denominada de Caracol, em correlação direta com a Serra do Caracol que abraça e protege a localidade com sua cadeia montanhosa que se alonga curvilínea, com altitudes variadas, lembrando um caracol em movimento. Em 1928, quando a vila foi elevada a cidade, o nome foi alterado para Andradas em homenagem ao então presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, natural de Barbacena e bisneto de José Bonifácio de Andrada e Silva[1].

Situada aos pés da borda sul do Complexo Alcalino de Poços de Caldas, a cidade de Andradas encontra-se estrategicamente localizada na divisa de Minas Gerais com o estado de São Paulo. É a Serra do Caracol, no extremo sul de Minas Gerais, que oferece uma das divisas territoriais entre Minas e São Paulo. A divisa se faz, mais precisamente, no Pico do Gavião, parte mais elevada da cadeia montanhosa, a 1661 metros de altitude[2].

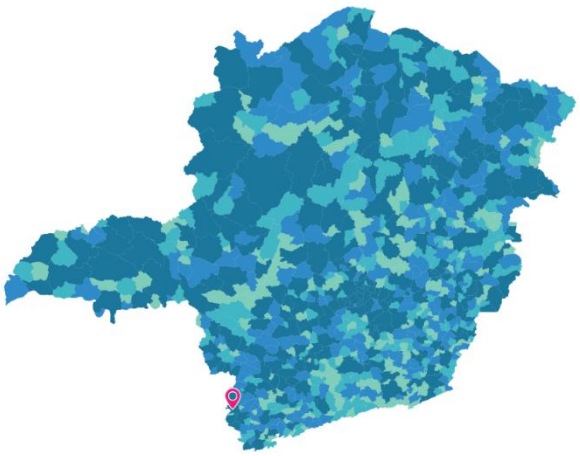


Figura 01: Localização de Andradas em Minas Gerais, conforme mapa elaborado pelo IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/andradas/panorama>. Acesso em julho de 2020.

[1] Álbum corográfico municipal do Estado de Minas Gerais. Disponível em <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/caracol>.
[2] Pelo mapa cartográfico do IBGE o Pico do Gavião possui 1661 metros de altitude. Em levantamento de campo realizado em 03 de julho de 2020 conseguimos detectar, pelo GPS, 1645 metros de altitude. Mantivemos a altitude definida pelo IBGE pois é a mais utilizada para determinar a altura do Pico do Gavião.

Em altitude elevada, de 913 metros acima do nível do mar, circundada pela Serra do Caracol que envolve a norte a área urbana e pela Serra do Pau D'Alho, a sul, onde está localizada a Pedra do Elefante, com abundância de águas, Andradas tem um clima ameno e convidativo e junto às altitudes elevadas possui condições ideais para culturas agrícolas como da uva para produção do vinho, além de premiadas plantações de café. As altitudes na região serrana da Serra do Caracol variam de 1100 metros a 1661 metros de altitude e culminam no Pico do Gavião, de onde se tem uma visão panorâmica de aproximadamente 240º.



Figura 02: Visão da Serra do Caracol da base para uma parte do cume onde se nota as variações de altitude. Em toda sua extensão a Serra tem variadas altitudes, formando picos e porções mais acidentadas. Nesta imagem é possível ver parte de sua vegetação, na face sul, nos arredores da Cachoeira Toca das Andorinhas. Fotografia de Cristiane Magalhães, julho 2020.

É provável que as condições climáticas e sua posição geográfica protegida entre serras tenha atraído moradores pré-históricos que ali se estabeleceram. Em recentes descobertas foram localizados vestígios arqueológicos pré-históricos, com presença de pedra lascada, pedras polidas e um abrigo com pinturas rupestres. Muros de pedra seca, vestígios de ocupação humana mais recente, também podem ser encontrados em pelo menos três pontos distintos da zona rural do município.

Os registros iniciais que dão conta das terras da atual Andradas são mapas de demarcação territorial que mencionavam a Serra do Caracol como Serra de "Mogyguassú". No mapa de 1778, de José Joaquim Rocha, aparece a Serra de Mogyguassu, no limite com o estado de São Paulo, próximo ao Rio Mogyguassu.



Figura 03: Detalhe do **Mapa da capitania de Minas Geraes** com a deviza de suas comarcas, 1778, onde aparece em manuscrito a Serra de Mogyguassú. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249867/cart249867.html

Pesquisadores como Derby (1896), Polito (2013 e 2019), Rovaron (2009) e Almeida (2019) concordam que a antiga Serra do "Mogyguassú", que aparece nos mapas da Província de Minas Gerais no limite com o Estado de São Paulo, desde o século XVIII, seria a representação cartográfica das Serras que compõe a Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas e mais especificamente a Serra do Caracol, que é o limite extremo sul desta cadeia. Foi Derby, em publicação extensa de 1896, quem fez a correlação da Serra do Mogyguassú com a Serra do Caracol, descrevendo suas impressões e do porquê a Serra do Caracol seria a Serra de Mogyguassú descrita nos mapas do século XVIII.

Numa das representações cartográficas mais antigas da capitania de Minas Gerais, datada de 1767, denominada de "Carta geográfica da capitania de Minas Gerais e partes confinantes", sem autor declarado, aparece uma cadeia de montanhas no extremo sul de Minas Gerais, servindo como divisa entre Minas e o Estado de São Paulo, onde está o pontilhado do mapa, do lado direito do Rio Jaguary que é a Serra da Mantiqueira. Próximo a ela, nos arredores de Ouro Fino, o autor aponta o rio "Mogyguaçú". É bem provável que por causa do rio tenham nomeado a cadeia de serras que conformam a Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas de Mogyguassu ou Mogygyaçú, pela proximidade geográfica.


Extrahida da Carta geographica da Capitania de Min s Geraes,
e partes confinantes Anno de 1767.
Trop. de Capricornio
Reduzida pela metade da escala do original.



Figura 04: Carta Corográfica dos Limites do Estado de Minas Gerais com o de São Paulo. 1767 - 1895 (Data Incerta). Acervo do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=1431. Com detalhe do Rio Mogyguaçú.

Importante destacar que desde início do século XVIII a região esteve em evidência por causa dos litígios de fronteiras envolvendo os estados de Minas Gerais e de São Paulo e acreditamos que seja por este motivo que a Serra do Caracol, antiga Mogyguassu, tenha sido representada nos mapas desde o século XVIII. Um documento de 27 de maio de 1749, citado por Diogo de Vasconcelos, menciona a "Serra de Mogyguassu" que se supõe ser a atual Serra do Caracol ou a série de Serras que formam o anel do Complexo Alcalino de Poços de Caldas.

De acordo com Rovaron (2011) a Região da Caldeira aparece em documentos oficiais pela primeira vez em um ofício de 27 de maio de 1749, no qual trazia as instruções de Gomes Freire de Andrade ao Desembargador Thomaz Rubim, Ouvidor de São João del Rey, para uma demarcação de divisas entre as duas capitanias. Para esse historiador, esta área era "paulista na primeira metade do séc. XVIII e a divisa de Minas foi paulatinamente expandindo-se sobre o território de São Paulo, do sul do Rio Grande e do oeste do Rio Sapucaí até as imediações da referida Serra de Mogi-Guaçu e o cordão da Serra da Mantiqueira da qual faz parte" (ROVARON, 2011, p. 2).

Por causa dos litígios envolvendo a região de fronteira entre o extremo sul de Minas Gerais e o norte da província de São Paulo, o Rei Dom João V, de Portugal, por meio da *Provisão Régia de 9 de maio de 1748*, incumbiu a Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela,a definição dos limites das capitanias de Minas e São Paulo. O Desembargador Thomáz Rubim, Ouvidor de São João del Rey, ficou encarregado da tarefa a partir de um ofício, datado de maio de 1749, no qual Gomes Freire sugere que a demarcação fosse feita a partirda Serra da Mantiqueira, onde já existia um marco de demarcação anterior.

Transcrevemos abaixo o documento de 1749, citado por Diogo de Vasconcelos, e redigido por Gomes Freire de Andrade:

> No caminho que vae de S. João d'El-Rei para S. Paulo se achará no alto da serra um marco conhecido como demarcação da antiga Capitania de S. Paulo e desta, e como pelo descoberto feito no Rio Sapucahy da parte se suscitaram differenças entre a Comarca d'essa Villa (S. João) e o governo daquella Capitania, representadas estas, foi Sua Magestade servido mandar-me fixar pela parte que melhor entendesse, divisão entre a Comarca de S. Paulo, hoje anexa ao Rio de Janeiro, e essa comarca (Rio das Mortes).
>
> Pelas informações que se me tem dado, estou persuadido que a divisão se faça da maneira seguinte: chegando Vmce. ao dito marco, que está no alto da Mantiqueira e servirá de balisa para a demarcação, do alto em que elle se acha se tomará uma linha pelo cume da mesma serra até topar com a **Serra do Mogy-Guassú**; e o rumo, que pelo aguilhão se achar, fará Vmce. expressar no termo da demarcação; a **serra do Mogy-Guassú** se deve seguir, como divisa dos ditos governos até findar nas que lhe seguirem, fazendo-se sempre pelo cume d'ellas a divisão até topar o Rio Grande, que fica servindo de raia entre a comarca de S. Paulo e o novo governo de Goiás (VASCONCELOS, 1974, p.).

Rovaron (2009), analisando este Ofício e o mapa de José Joaquim da Rocha, de 1778, intitulado Comarca do Rio das Mortes, verificou que considerando o Rio Grande e o Rio Pardo, a Serra de Mogyguassu estaria a sul destes dois marcos, assim como a norte do Morro Lopo. Os dois rios, o Grande e o Pardo, são balizadores para localizarmos a Serra de Mogyguassu nos mapas do século XVIII, assim como o Rio Jaguary (atual Jaguari Mirim) que aparece em alguns mapas.

O antigo rioJaguari ou Jaguary, atual Jaguari-mirim, é o principal afluente da margem direita do Rio Mogi Guaçu (grafia atual para "mogyguassu" ou "mogyguaçu"). O Rio Jaguari-Mirim nasce no Morro do Serrote, município de Ibitiúra de Minas, localidade vizinha a Andradas.

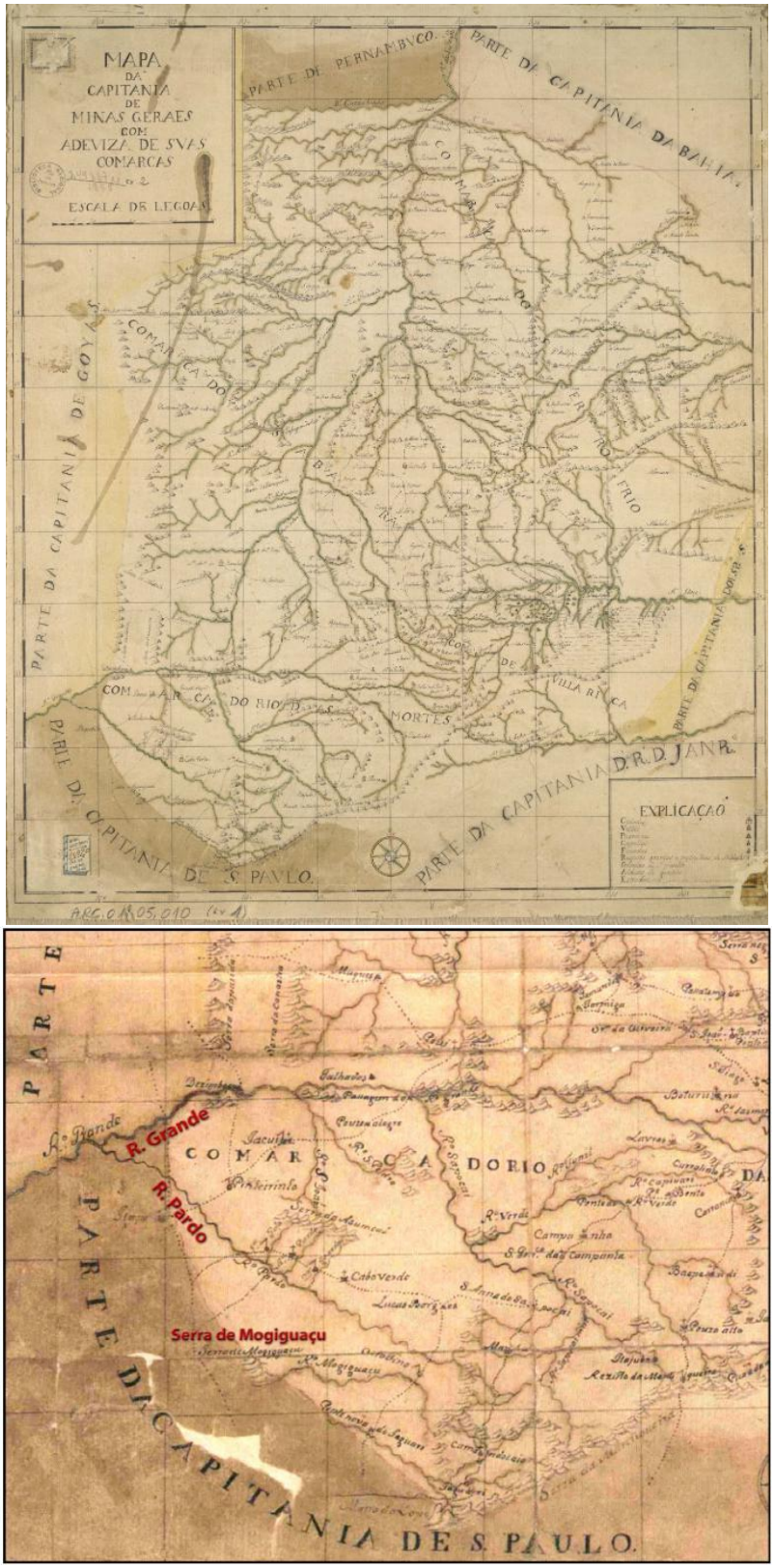


Figura 05: José Joaquim da Rocha. Mapa da Comarca do Rio das Mortes – 1778. In: ROVARON, 2009, p. 25. Mapa completo disponível em: https://tinyurl.com/yxknqeef.

Segundo Polito (2013), o "maciço de Poços de Caldas" ou "Serra do Caracol" serve como baliza natural entre o Planalto Atlântico e a Depressão Periférica Paulista. Para esta autora, citando Orville Derby em texto de 1896, era esta mesma serra frequentemente identificada nas cartografias do século XVIII por "Serra do Mogyguassu".

A partir de exposição de uma série de documentos e relatos dos séculos XVIII e XIX, Rovaron (2009) reconstitui as contendas fronteiriças entre Minas e São Paulo, que incluía a Serra do Caracol como protagonista neste marco territorial. Estas disputas seriam resolvidas apenas em 1936, no governo Vargas, como veremos adiante.

De acordo com Polito e Ferreira (2018), o estabelecimento por parte do governo mineiro dos registros em Jacuhy, Ouro Fino (1764) e Camanducaia (1764) implicava num reconhecimento de um grande fluxo de pessoas pelos vales da Serra do Mogyguassu, denotando a efetiva comunicação existente entre as porções a leste e a oeste da serra, bem como a fartura de mercadorias que por ali circulavam (POLITO, 2018).

De fato, para este fluxo de pessoas, uma estrada foi construída ligando Caldas ao estado de São Paulo, a estrada da Samambaia, que passava pela Serra de Mogyguassu ou Serra do Caracol.

José Ênio Casalecchi (1977) escreveu que a ocupação das terras onde hoje se constitui o município de Andradas ocorreu em fins do século XVIII. Filipe Mendes e o Guarda Mor Antônio Rabelo de Carvalho, fazendeiros de Baependi, em 1790 se fixaram às margens do Córrego do Cipó. Eles teriam cruzado o Rio das Antas, a Cachoeira Grande do Córrego do Tamanduá e resolveram se fixar nas margens do Córrego do Cipó. Em viagens de exploração, com o gado que haviam trazido, Filipe Mendes tomou posse das terras da margem direita do Córrego do Cipó, enquanto o Guarda Mor fazia o mesmo na margem esquerda.

Por conta da estrada que ligava Caldas ao estado de São Paulo, chamada de "estrada da samambaia", o primeiro povoado foi chamado de "Samambaia", planta que dividia a paisagem com araucárias, perobas, cedros e jequitibás. Além de áreas de várzea, também se observavam na região os chamados campos de altitude.

A ocupação do lugar teria ocorrido da seguinte forma: "na seca os moradores desciam a Serra do Caracol para perto da mata, onde faziam plantações; na estação das águas subiam os chapadões para cuidar do gado. A vida familiar e artesanal se fazia em torno do triangulo

capela, paiol e senzala"[3]. As atividades de subsistência regulavam a vida e os ciclos de plantações e de colheitas.

Felipe Mendes se estabeleceu na Fazenda Lagoa Dourada e voltou a Baependi para buscar a família e os escravizados. Conforme relatos orais que foram sendo contados no correr dos séculos, um destes escravizados, que possivelmente não queria se mudar para a nova fazenda porque deixaria parte de sua família, assassinou Felipe Mendes. Sua esposa, Maria Francisca de Jesus e os filhos, desassistidos, começaram a passar fome e ter dificuldades. Apareceram aventureiros para se apossar das terras. Sentindo-se impotente para enfrentar a situação, a viúva doou metade da fazenda para o Alferes André de Pontes Pereira, garantindo, assim, a continuidade da colonização iniciada e dando origem a uma das primeiras famílias da história de Andradas.

A economia da época girava em torno da vida familiar, caracterizada por "capela, paiol e senzala", conforme citado anteriormente, que constituíam um sistema de subsistência praticamente autossuficiente. As construções eram de pau-a-pique. A roda de tear e fiar garantia o tecido para as roupas, enquanto a natureza generosa e as terras férteis proviam as necessidades de alimentos e produtos para o escambo com outras localidades.

Em 1845, os moradores decidiram erguer uma capela e a consagraram ao santo guerreiro São Sebastião. Casalecchi(1977), escreveu que o lugar escolhido foi o terreno coberto por um grande samambaial, de propriedade de Cândido José Mendes (descendente de Filipe Mendes). Sua doação se efetuou, de fato, em 1848, na freguesia de Caldas à qual o lugar pertencia.

Em 1848 o terreno de um alqueire foi doado por Plácida Joaquina dos Reis, mulher de Cândido José Mendes, em escritura passada no Termo de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde de Caldas, da Vila de Cabo Verde, comarca de Sapucaí, hoje Santa Rita do Sapucaí.

Em 1850, 1852, 1853 e 1881, sucessivas doações de terrenos, ligados à primeira delas, ampliaram a área do povoado. Assim, foram construídas as ruas principais do antigo vilarejo e o cemitério, localizado onde hoje se encontra a Rodoviária.

Em meados do século XIX, a fazenda Lagoa Dourada estava dividida em duas partes, que foram sendo retalhadas em áreas menores com a chegada de novos moradores. No relato

[3] Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,Instituto de Geografia e Estatística. Volume XXIV, pág. 76. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf.

do historiador andradense João Moreira da Silva, no texto *Caminhando de Samambaia a Andradas*, ele relata que:

> os proprietários que antigamente deixavam o gado livre, buscando o que comer onde quisesse, encontravam-se confinados, sufocados, como o gado, pelas cercas de arame farpado, novidade naquele tempo. Outra das inovações era o plantio do café, coisa que irritava aqueles que acreditavam que a nossa região deveria continuar sendo unicamente pastoril. Muitos deles, amando a natureza bruta, com suas árvores nativas, com o pinheiral margeando o rio Jaguari-Mirim, encantando-se com a variedade de pássaros, não viam com bons olhos as queimadas abrindo espaços, os animais afugentados, a enxada correndo, para plantar o odiado cafezal, que nem sequer sabiam se ia se adaptar ao nosso clima. Este foi um dos motivos da família Pontes ir procurar novos caminhos, em busca de terras férteis para o gado ou compras mais amplas e mais baratas. Havia também outro motivo a este, bem mais forte. A execução de Caxico na forca em 1857, sendo este interligado em parentesco com a família Pontes. Pois os Pontes, Batista, Beraldo, Ribeiro e Mendes são entrelaçados familiarmente e os primeiros a se estabelecerem em nossa comunidade (SILVA, 1996, p. 473-74).

Cachico ou Caxico, o último condenado à forca em Minas Gerais, foi executado em Caldas no dia 8 de janeiro de 1857. Caxico era o apelido do farmacêutico e fiscal fazendário Francisco Batista Ribeiro, na cidade de Caldas, acusado de latrocínio num julgamento arbitrário. A história virou peça de teatro, em 1999, e foi descrita pelo Jornal Folha de São Paulo. O diretor da peça, Zé Eduardo Amarante, realizou oito anos de pesquisa para reconstituir o que aconteceu com o último enforcado em Minas Gerais:

> Suspeita-se de que Caxico foi vítima de um complô por denunciar o tráfico de ouro na região, com o qual lucrariam os envolvidos em sua condenação, Luís Nascimento, também fiscal da fazenda, e a Corte do Império. Nascimento teria se passado por sócio de Caxico para negociar a compra de cabeças de gado de Inocêncio de Nogueira. A dívida não foi paga e a informação de que haveria vingança foi divulgada. O comerciante de gado chegou à cidade de Caldas e, dias depois, foi encontrado morto. Nascimento entregou-se prontamente à polícia, dizendo que Caxico fora seu cúmplice no assassinato. Este então fugiu, permanecendo escondido na região. Um ano após sua fuga, Francisco Batista Ribeiro foi preso e Luís Nascimento solto (Folha de São Paulo, caderno Ilustrada, 08 de outubro de 1999)[4].

A mudança da família Pontes, causada em parte pela morte de Caxico, mas também (e, talvez, principalmente) pela chegada do café, pode ser considerada como um marco divisor na história de Andradas. Por aquela época, o povoado pertencente a Caldas, se chamava "Samambaia", conforme já referenciamos.

[4] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0810199935.htm>

Porém, a Lei Provisional n° 1.098, de 7 de outubro de 1860, foi criado o Distrito de Paz de "São Sebastião do Jaguary", mudando a denominação da antiga Samambaia, nos seguintes termos:

> Lei n. 1098, de 7 de outubro de 1860.
> Carta da Lei que eleva a Distrito o curato de São Sebastião do Jaguary e autoriza o Governo a designar-lhe as divisas.
> Art. 1: Fica elevado a Distrito o curato de São Sebastião do Jaguary, filial da Freguesia de Caldas.
> Art. 2: O Governo fica autorizado a designar as divisas deste distrito.
> Art. 3: Ficam revogadas as disposições em contrário.
> Vicente Pires da Motta

Seis anos mais tarde, pela Lei Provisional n° 1.278, de 2 de janeiro de 1866, o povoado foi elevado à freguesia. Art. 1: Fica elevado à categoria de Parochia o Distrito de São Sebastião do Jaguary, desmembrado da Freguesia de Caldas, com as mesmas divisas de distrito. Assina Joaquim Saldanha Marinho[5].

No Jornal "O Liberal de Minas", de 8 de agosto de 1868, na página 3, tem uma nota em que afirma: "com a factura e reparos da estrada que vindo de São Paulo passa pela Serra da Samambaia ou São Sebastião do Jaguary e dirige-se para a cidade de caldas"[6]. Ou seja, mesmo sob a denominação de São Sebastião do Jaguary, o lugar carregava o nome de "Samambaia". Àquela época, nos parece, a Serra de Mogyguassu, ou Caracol, era referida também como Serra da Samambaia, por causa do lugar.

Até mesmo os órgãos oficiais se referiam à localidade nas últimas décadas do século XIX como "Samambaia", como demonstra o Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais: "Mudança de estação: Por informação do procurador fiscal interino, Antônio Luiz Maria Soares de Albergaria, em data de 18 de abril de 1872, deliberou-se transferir de Caldas para a freguesia de Samambaia a recebedoria existente naquela cidade"(Relatório do Presidente da Província, de 1875)"[7].

Em 1852 o Relatório do Presidente Luiz Antônio Barbosa informava a alteração da recebedoria de Caldas para Samambaia, por "facilitarem a arrecadação e impedirem mais

[5] Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=66608>.
[6] Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=847372&pesq=%22s%C3%A3o%20sebasti%C3%A3o%20do%20jaguary%22&pagfis=119>
[7] Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=samambaia&item_id=3834#?h=samambaia&c=4&m=68&s=0&cv=19&r=0&xywh=588%2C313%2C1068%2C754>

eficazmente os extravios [dos impostos]"[8]. Ou seja, Samambaia ou Vila do Caracol era lugar estratégico de acesso e de passagem, certamente por causa da proximidade com os limites da província de São Paulo. Em 1887 uma recebedoria foi aberta em "Várzea do Jaguary" que ficava entre os povoados de Samambaia e Santo Antônio do Machado, por causa de uma estrada nova que tinha sido aberta ligando Santo Antônio do Machado e Santa Rita do Rio Claro [atual Santa Rita de Caldas] com a província de São Paulo[9].

No ano de 1862, no*Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (RJ), em sua edição de 8 de julho de 1862, uma nota dizia terem encontrado diamante em São Sebastião do Jaguary: "Em São Sebastião do Jaguary, distrito de Caldas, da província de Minas, no lugar vulgarmente chamado Samambaia, apareceu diamantes. Consta que um destes diamantes é do tamanho de um limão azedo dos miúdos. Na cidade de Caldas, no rio Verdinho, continua também a tirar-se diamantes"[10]. No entanto, parece ter sido um fato mais isolado do que corriqueiro encontrar diamantes na localidade.

No Almanach Sul Mineiro, de 1874, a Freguesia de São Sebastião do Jaguary foi assim descrita:

> São deficientes as informações que obtivemos sobre o antigo povoado da Samambaia, hoje S. Sebastião do Jaguary: bastou para isso que a pessoa encarregada de procurar esclarecimentos sobre todas localidades compreendidas neste Almanack não pudesse, pela exiguidade de tempo, chegar a este lugar.
> (...)
> Aa freguezia de S. Sebastião do Jaguary. collocada sobre uma collina de aprazível aspecto, sobresahindo a egreja matriz, consagrada a São Sebastião, às casas que em mais de 100 rodeiam este templo modesto.
> Clima magnífico, ricas matas e campos, soberba água potável, taes sàò as vantagens que se juntão á boa condição topographica desta localidade; Cria-se ahi gado e porcos, e cultiva-se, além de cereaes, fumo, canna e café; e á desenvolver-se, como cremos, o plantio do café, miito tem de prosperar a povoação de S. Sebastião do Jaguary, elevada á districto de paz pela lei n. 1098, de 7 de Outubro de 1860, e promovida á freguezia pela lei n. 1278, de 2 de Janeiro de 1866.
> Ha na freguezia uma eschola primaria para o sexo masculino, não nos constando que tenha agencia de correio, e á tão pouco se limita a noticia que podemos dar desta localidade

[8] Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=samambaia&item_id=3811#?h=samambaia&c=4&m=19&s=0&cv=6&r=0&xywh=382%2C2332%2C995%2C702>
[9] Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=samambaia&item_id=3848#?h=samambaia&c=4&m=94&s=0&cv=16&r=0&xywh=-168%2C1951%2C2301%2C1623>
[10] Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=%22sebasti%C3%A3o%20de%20jaguary%22&pagfis=20666>

> Distancias.— Dista de Caldas, õ léguas; de Ouro-Fino, 5; da Campanha, 28; da Corte, 88; de Ouro-Preto, .5; da estação da Bôa-Vista, na estrada de ferro de D. Pedro II, 48 légua.
> Eleitores.— Dá 10 eleitores, estando qualificados cerca de 500 votantes. Juizes de paz. Juízes de paz: Capitão Bonifácio José Monteiro. Feliciano Nunes de Oliveira. Luiz Lopes de Oliveira. Professor: Francisco de Paula Salles[11].

Em 1876 foi instalada uma loja Maçônica em São Sebastião de Jaguary. Denominada: Augusta Loja Amor ao Trabalho. Neste ano faziam parte da Loja Maçônica: Estulano Joaquim Pereira da Cruz; Pedro Rodrigues Pereira Caldas, João Baptista Caetano, Quirino Guimarães Lopes, José Ludugero de Andrade; José Apollonio da Silva Leite[12].

Na edição de 1884, do mesmo Almanach Sul-mineiro, foi possível ao coletor conseguir mais dados sobre São Sebastião do Jaguary e assim ele descreve o lugar de forma mais detalhada. Conta o Almanach que São Sebastião do Jaguary, mais conhecida como Samambaia, era servida pelo ribeirão Jaguary. No lugar tinha uma igreja, devotada a São Sebastião, com patrimônio de 7 alqueires, ainda não extinto na ocasião. A povoação possuía mais de 100 casas, entre elas três assobradadas e mais de 20 em novas construções, colocadas em praças e ruas "perfeitamente alinhadas". Um cemitério bem tratado e fechado e uma banda de Música regular, dirigida na ocasião por José Antônio Alves. Em 1884 funcionava uma escola pública para meninos, frequentada por mais de 20 alunos (*Almanach Sul-Mineiro*, 1884).

O Almanach narra que existia um Congresso Literário, fundado em 1883, por José Francisco Oliveira e Theodoro José de Oliveira. A associação literária tinha 20 sócios e uma biblioteca com mais de 200 exemplares de livros (*Almanach Sul-Mineiro*, 1884). Em 1900 esta associação não existia mais (dados da Revista do APM, 1900).

Essa edição do Almanach menciona ainda um encanamento para água, de cerca de mil braças de extensão, que servia a parte da população. O cidadão José Francisco de Oliveira, com o intuito de mover uma máquina de beneficiar café, tinha aberto o rego para passagem da água e que servia também à população. Com isto, todas as casas podiam ter água encanada nos quintais. O café era a principal cultura da localidade, com mais de 6 mil pés plantados. Cultivavam ainda fumo, cana e cereais, e criavam porcos e gado. O Almanach cita uma

[11] Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213462/per213462_1874_00001.pdf>.
[12] Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709441&pesq=%22sebasti%C3%A3o%20de%20jaguary%22&pagfis=3080>.

epidemia de varíola que tinha acometido a população, em 1873, em que cerca de 40 pessoas tinham morrido. As estradas eram ruins e transitáveis apenas em tempo seco. O escoamento de café acontecia pelo porto de Guassú (Mogi-Guaçu). No entanto, não havia ponte sobre o rio Jaguary, o que dificultava as travessias. Existia um "ponto de vigia" na localidade (*Almanach Sul-Mineiro*, 1884). As pontes foram construídas em 1900 e os acessos e caminhos melhorados naquele ano.

Pela Lei Provisional n° 3.656, de 01 de setembro de 1888, a então freguesia de São Sebastião de Jaguary, que parece não ter criado identidade com o nome já que era referida constantemente como "Samambaia", se tornou Vila com o nome de Caracol:

> Eleva a categoria de Villa, sem foro especial, a freguesia de São Sebastião do Jaguary, desmembrada do município de Caldas, com denominação de Villa do Caracol. Barão de Camargos, 20 de outubro de 1888 (CASALECHI, XX, p. 229)[13].

A Serra imponente que ocupava o horizonte e o imaginário da povoação, recebia outro significado. A Vila entre montanhas usaria o nome da Serra que a margeia desde sempre, dando-lhe nova identidade e representação.

A Câmara foi instalada em 22 de fevereiro de 1890, data oficial de aniversário da cidade. Uma nota no Jornal "A Evolução", da cidade de Caldas, de 1890, época em que foi nomeado o conselho de Intendência da Vila, afirmaria que "a velha, a decrepita Samambaia de outros tempos, desapareceu. Hoje, no mesmo local, ergue-se a risonha e laboriosa a Villa do Caracol, incontestavelmente a localidade mais futurosa desta parte do Estado de Minas Gerais" (não há assinatura).

É curioso, no entanto, o fato de que no brasão de armas do município, criado em 1972, apareçam duas buzinas de caça de boiadeiros, lembrando a pecuária, dois ramos de videiras, simbolizando a vinicultura, e um caracol, representando a serra homônima. Porém, não está presente símbolo ou alegoria para o café, produto de maior cultivo da localidade desde o século XIX.

A despeito das questões dos topônimos da Serra de Mogyguassu ou do Caracol, sabemos que pelo menos desde 1855 a Serra é referida como Serra do Caracol, conforme documento cartográfico de 1855, elaborado por Frederico Wagner e apresentado a Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

[13] Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=76340>

Em 1878, no *Tratado de geographia descriptiva especial da provincia de Minas-Geraes*, escrito por José Joaquim da Silva, sobre a divisa territorial entre Minas e São Paulo, a Serra do Caracol é citada como um dos marcos divisórios: "Deste ponto segue a diviza margeando o Rio Grande pelo lado direito até que no Porto de Santa Barbara salta o Rio Grande, e vai margeando o Ribeirão das Canoas a ganhar os altos da Serra do Cascaseiro (...) vai ganhar a ponta da Serra dos Montes Alegres, e do Caracol, atravessa o rio dos Ollios d'Agua (...)" (SILVA, 1878).

No final do século XIX, o entusiasmo com a transformação do povoado em município e a relativa facilidade em trazer imigrantes para o interior de Minas, fez com que a escassa mão de obra escrava, do período, fosse substituída pelos imigrantes italianos. No município do Caracol os italianos começaram a chegar a partir da abertura oficial à imigração, em 1893.

Contratados para substituir os negros cruelmente escravizados, moraram inicialmente nas senzalas. Os registros guardam os nomes das primeiras famílias: Guido, Athanazio, Venturelli, Baldassari, Benassi, Conti, Trielli, Lomgo. Com os italianos, vieram também novas culturas e novos hábitos. No início, a colônia italiana se manteve fechada. As famílias não permitiam o casamento fora dela, porque a maioria pretendia voltar para a Itália, depois de "fazer a América".

Naturalmente, os brasileiros os viam com reserva e com a superioridade de quem se sente dono do lugar. Tal sentimento se traduziu no tratamento jocoso de "polenteiros", que atribuíam aos italianos. Isso durou cerca de duas décadas no início do século XX. A tradição portuguesa de manejo da propriedade rural foi sendo substituída pelo jeito italiano de cuidar da casa, da criação e das lavouras, bem como por uma mentalidade de diversificar as atividades e a produção.

A casa de fazenda ligada ao curral e à pocilga, com chão de terra batida, foi substituída pela casa colonial, com tábuas largas, janelas amplas e mobiliários em madeira de lei. Uma tulha, um monjolo, ranchos para carros de boi e o engenho de cana para produzir o açúcar completavam a estrutura de produção da fazenda. E no porão, ainda no século XIX, surgiu uma novidade que se revelaria promissora para o futuro da região: a adega.

A primeira parreira de que se guardou registro pertenceu ao coronel José Francisco de Oliveira e controvérsias se estabelecem quanto ao primeiro fabricante de vinho, ainda para uso familiar, em Andradas. Há quem mencione o próprio Cel. José Francisco de Oliveira e

quem atribua o fato a Joaquim Teixeira de Andrade. Na revista do Arquivo Público Mineiro de 1900, é citado o Cel. José Francisco de Oliveira, como produtor de vinho, com o cultivo das uvas: Cyntheana, a Rulander, a Jacques (Lenver), a Herbemont e a Norton's virgínea. A videira "Izabella" era também cultivada pelo coronel de forma secundária (Revista do APM, 1900). O vinho do Coronel era exportado. O Coronel foi chefe político do município na década de 1890. Era proprietário da Fazenda da Rochella, Pinheirinhos (nesta ele plantava café), Tuiuva e das Pitangueiras, uma chácara da Pirapetinga e chácara do Mello[14].

Em 1902, quando o Coronel faleceu, o jornal "Município de Caldas", escreveu que ele era um importante vinicultor e presidente e agente executivo municipal[15]. Ele faleceu aos 51 anos de idade, ou seja, tinha nascido em 1851. O sobrado onde funcionava a casa de Câmara e Cadeia, inclusive, foi doado pelo Coronel José Francisco de Oliveira para a antiga Vila do Caracol.

Os italianos tinham a *expertise* e reuniriam também condições para fabricarem o vinho. As cantinas italianas de Andradas mais antigas foram criadas por Mansueto Leonardi, Francisco Bertoli, Maximiliano Trevisan e Francisco Basso.

Em 1900, a vila contava com 130 casas, formando sete ruas e quatro praças. Possuía três prédios públicos: a igreja matriz, a casa da câmara, onde no pavimento térreo ficava a cadeia, e o mercado. A população era de cerca de 8 mil pessoas, destes 467 eram eleitores. "A elevada e extensa cordilheira do Caracol, ao norte, e a Serra do Pântano ao sul, representando ambas duas cadeias de montanhas paralelas, em cuja ampla bacia está situado o município, resumem as serras da localidade" (Revista do APM, 1900)[16].

Em 1900, como mencionado, já tinham iniciado o plantio da uva e a produção de vinho.

> Há no distrito grande número de trabalhadores estrangeiros, de nacionalidade italiana em sua quase totalidade, que vencem o salário de 2$ a 4$ com ou sem alimentação fornecida pelos proprietários. A emigração para fora do município nos

[14] Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=672238&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Francisco%20de%20Oliveira%22&pagfis=1272>.
[15] Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=672238&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Francisco%20de%20Oliveira%22&pagfis=1100>.
[16] Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=321389&pesq=%22villa%20do%20caracol%22&pagfis=3597>,

> últimos tempos, quer para outros pontos do Estado, quer para o de São Paulo, consiste apenas em ex-escravos, cujo número estima-se em 1.500, e que abandonaram esta localidade por não quererem submeter-se às justas e previdentes exigências da autoridade policial no sentido de obrigá-los a empregar-se (Revista do APM, 1900).

É lamentável que os que tinham alcançado sua liberdade não tenham sido incluídos em nenhum programa de inserção social, indenizatório ou de incentivo de acesso às terras, ao contrário, eram obrigados, como durante o período escravista, a empregar-se onde lhes impunham as autoridades policiais e com as condições dos seus antigos “proprietários”. Neste sentido, restava ao negro livre a procura de oportunidades nos grandes centros urbanos e a mão de obra ia sendo substituída gradativamente pela dos imigrantes.

Em 1903, o Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), referenciando a Vila do Caracol, afirma que a localidadeera “um município muito vinheteiro”[17].

A beleza da região, a fertilidade das terras e a água cristalina e abundante foram vencendo a nostalgia dos italianos pela terra natal e, no início do século XX, havia ex-colonos transformados em cafeicultores. Embora fosse forte os vínculos de parentesco entre a população brasileira, descendente de portugueses, dos africanos escravizados e dos indígenasao longo de quatro séculos de intensa miscigenação, os imigrantes foram se integrando e se miscigenando, também, à população do Caracol. Esta abertura proporcionou um processo de maior aproximação e interação com a comunidade italiana na localidade, como acontecia em outras paragens para onde os imigrantes se dirigiram.

Na virada do século, o comércio da Vila do Caracol já ostentava tabuletas com nomes de lojas como Venturelli, Benassi, Trielli, Conti, Athanazio, Lomgo, Leonardi, Graziani, Biagioni, Pieroni, Taddei, Piagentini, Ferrari, Salvetti, Carroni, Giaconi e Contadini, iniciando uma tradição no ramo que se mantém até hoje. Outro traço de integração da comunidade é a influência italiana em uma das maiores tradições de Andradas e de Minas Gerais: a banda de música.

Em 1892, tomou posse a primeira Câmara Municipal. Para 1913, o Anuário de Minas Gerais constatou que o Município do Caracol possuía pelo censo de 1900, 26.185 habitantes.

[17] Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=%22sebasti%C3%A3o%20de%20jaguary%22&pagfis=23797>

Dez anos antes, ou seja, em 1890, tinha 8.123 habitantes. Em 1950, já com a denominação atual, Andradas possuía 17.525 habitantes e em 1956, 18.543 habitantes. Atualmente, Andradas possui 40.553moradores nos seus limites administrativos, segundo o último censo do IBGE.

No início do século XX, o município produzia e exportava café, cereais, laticínios, vinhos de uva, açúcar, aguardente, etc. Em 1910 exportaram pela Estrada de Ferro Mogyana cerca de 25 mil sacas de café para o Porto de Santos. A produção de vinhos anual era de quase 50 mil litros.

Em 1913, jornal "O Paiz", do Rio de Janeiro, noticiou que a Vila do Caracol tinha extensas matas com excelentes madeiras de lei e grande quantidade de hervas medicinais. Era atravessado pelas Serras de Caldas, Caracol, Pantano e Grotão. Banhado pelo rio Jaguary, corria os ribeirões Tamanduá, Antas, Cachoeirinha, Pantano, Fundo, Pirapetinga, Bairinho, Cocaes e Caracol. "Todos estes ribeirões acham como d'antes, com seus volumes d'água na mesma impetuosidade, sem que tenha havido a mínima diminuição do precioso líquido"[18].

Em 1918, instalou-se o Termo Judiciário de Caracol. E, em 1925, a vila foi elevada à categoria de cidade. Por iniciativa do presidente da Câmara Municipal, Orestes Gomes de Carvalho, em 1928, o nome da cidade mudou: Caracol passou a se chamar Andradas, em homenagem ao então governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

A mudança não agradou a muitos moradores da cidade. Fiel a uma tradição de combatividade e de polêmica, inaugurada em 1911 por "O Caracolense", seguido por "A Gazeta de Caracol" e "A Defesa", o jornal "O Popular", em sua edição de 22 de maio de 1932, dizia:

> Caracol ou Andradas? Eu penso que nem Caracol e nem Andradas, São Sebastião do Jaguary é que é. Caracol foi ruim, Andradas pessimamente péssima. Convém que trabalhemos para São Sebastião do Jaguary, nome antigo, que depois de Samambaia, foi a segunda denominação que tivemos (O POPULAR, 22 de maio de 1932).

O plebiscito organizado pelo jornal não foi suficiente para mudar o nome de Andradas, que permaneceu até hoje. Ademais, verificou-se que a homenagem a um governador de Minas Gerais já não teria unanimidade local. A proximidade da cidade com a fronteira do estado de São Paulo e a distância física e política em relação à capital e ao governo mineiros, fizeram

[18] Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=%22sebasti%C3%A3o%20de%20jaguary%22&pagfis=17108>.

com que no ano de 1874 um movimento fosse provocado, de cerca de 300 moradores, para que a então São Sebastião de Jaguary fosse incorporada ao Estado de São Paulo, separando-se de Minas Gerais.

Este fato foi transcrito pelo historiador Ricardo Luiz de Sousa, da Prefeitura de Andradas, com base num documento de Derby (1896), quando este autor relata o desejo da população que vivia na Vila subjacente à Serra do Caracol de situar-se na parte paulista da divisa:

> No entanto a questão generalizou-se a ponto de grande numero de moradores da freguezia de São Sebastião do Jaguary fazerem uma representação pedindo a passagem de toda a freguezia para a provincia de São Paulo. Dos documentos á mão não consta acção alguma da parte do governo de São Paulo, ou do governo geral, com referencia a esta representação. O certo é que a freguezia ficou pertencendo a Minas, sendo depois elevada á categoria de villa com o nome de Caracol ou Samambaia e incluindo, ao que parece, os terrenos questionados da fazenda do Oleo (DERBY, 1896, p. 100).

A proximidade com a divisa do Estado de São Paulo e os constantes conflitos por causa da divisa das duas províncias geravam desacordos como este narrado.

O desejo se repetiu em 1961, quando São Sebastião do Paraíso liderou movimento separatista em favor de São Paulo, reunindo 55 municípios do Sul de Minas, entre os quais Andradas. Um e outro não chegaram aos resultados desejados, mas sinalizam uma realidade de maior proximidade com São Paulo do que com a capital e governo mineiros.

O desenvolvimento da economia do município gerou, além da sede, mais duas aglomerações de moradores, os distritos de Campestrinho e de Gramínea, com vocação marcadamente rural. Pecuária, café, vinicultura, banana, rosas, indústria cerâmica, confecções, fábricas de doce, biscoito e bolacha configuram o atual perfil econômico de Andradas. Seu processo de formação histórica, com forte influência da imigração e da cultura italianas no final do século XIX, conformou um perfil sociológico diferenciado dos municípios vizinhos, que influi e aparece em diversos indicadores de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida.

A polarização exercida por Poços de Caldas, a proximidade com as cidades paulistas de Campinas, Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal, Mogi Mirim, Mogi Guaçu e a própria capital (São Paulo), bem como o afastamento econômico, político e cultural da capital mineira definem fluxos e expectativas econômicas.

As parreiras que produzem ainda hoje são as mesmas que foram plantadas no fim do século XIX, com a chegada dos imigrantes, ou seja, já estão produzindo há mais de 100 anos! Pois seguem o sistema de poda tradicional e não a técnica atual de enxertia. Por ser a uva que mais adaptou às condições naturais da região, a uva Jacques foi a que se perpetuou, tendo qualidade apropriada para produção de vinhos e não para apreciação como uva de mesa.

Ao longo da primeira metade do século XX, Andradas esteve por um lado fortemente ligada à lógica da economia cafeicultora paulista, pelo outro desenvolvia uma série de peculiaridades ligadas às tradições italianas. Em 1920, Andradas despontava como a 35ª maior produtora de café de Minas gerais e em 1940 permanecia em 36ª. As Vinícolas, símbolos do município, começam a aparecer já no início do século, primeiramente apenas "para o gasto" das famílias de imigrantes, e posteriormente com grande expressão nacional.

Algumas famílias que produzem vinho comercialmente até hoje iniciaram suas atividades há mais de um século. Os Basso iniciaram sua produção em 1902, os Bertoli em 1905, os Marcon em 1912, Muterle em 1918. Mas para além da agricultura, se expandia a economia do município. Alguns italianos optaram por se estabelecer no núcleo urbano de povoamento e se dedicar ao comércio ou ao trabalho como artesãos, articulando-se com o campo.

Em 1954, aconteceu a 1ª Festa do Vinho, considerada um dos principais eventos turísticos do sul de Minas. A festa contou com a presença do então Governador Kubitscheck e de artistas nacionalmente conhecidos. Nos anos seguintes ela se manteve com grande esplendor, atraindo os principais artistas da época como Roberto Carlos, Jorge Bem, Chico Buarque, Cazuza, Elis Regina e tantos outros. De uma festa pequena, passou a ser um grande evento que movimenta milhares de reais e impulsiona o turismo.

Em 1962, no auge da produção vinícola, Andradas produzia mais da metade do vinho de Minas Gerais, e contava com dezenas de adegas, inclusive multinacionais como as portuguesas A. Izidro Gonsalves S.A. e Caves do Restelo, e italianas como Traudi e ALBA. Até meados da metade do século passado, no auge do período vinicultor, cerca de 54 famílias produziam vinho em escala comercial. Fala-se também que o número chegou a 72 unidades produtivas.

Atualmente, poucas famílias continuem a produção comercial do vinho, a Festa do Vinho ocorre anualmente e ainda atrai moradores das cidades vizinhas. O cultivo de uva, na

atualidade, não é tão expressivo. A cultura predominante é a do café, que emprega cerca de 9 mil pessoas em período de colheita. A região central e urbanizada do município concentra a maior parte das atividades de comércio e serviços e é onde se encontra a maior infraestrutura urbana de Andradas. Exatamente por isso, é uma região bastante dinâmica e que abriga os grandes marcadores do desenvolvimento do espaço, a saber: o cemitério, o mercado, a rodoviária, a praça central e a Capela de São Sebastião.

Em outros espaços, é possível encontrar construções modernistas. Alguns prédios ainda podem ser visualizados na região central, mas a tendência é de construções de dois pavimentos com possibilidade de construção do terceiro. Nas regiões afastadas do centro, predomina a volumetria térrea de um ou dois pisos. Geralmente são residências, mas em alguns casos também são construções de uso residencial e comercial, como fonte de renda para o proprietário.

Datas importantes:

- 1790 - Felipe Mendes do Prado e o Guarda-Mor Antônio Rabelo de Carvalho resolvem fixar-se às margens do Córrego do Cipó.
- 1845 - Foi erguida uma capela que foi consagrada a São Sebastião. Para isso escolhem um terreno coberto por extenso samambaial, o qual era de propriedade de Cândido José Mendes e sua mulher Plácida Joaquina dos Reis.
- 1846 - Eis que, a 3 de março, a Cúria de São Paulo expedia a Provisão que autorizava o Vigário da Paróquia de Caldas a proceder à bênção da primeira capela.
- 1848 - Cândido José Mendes e sua mulher Plácida Joaquina dos Reis, fazem a doação de um alqueire de terras ao Mártir São Sebastião, no qual, aliás, já se achava construída a Capela, dando início, assim, à formação do Patrimônio.
- 1857 - O primeiro batizado foi realizado pelo Padre Lúcio Leite de Meireles Freire. O primeiro Livro de Batismo, traz o termo de abertura redigido pelo Padre Francisco de Paula Trindade, datado de 3 de fevereiro do mesmo ano.
- 1860 - Pelo Decreto nº 1088, de 7 de outubro de 1860, São Sebastião do Jaguary foi elevada à categoria de Distrito de Paz.
- 1865 - Assume o curato o primeiro vigário da Freguesia que foi o Padre Ângelo José Philidory, que veio do Rio de Janeiro na qualidade de secretário particular e acompanhante de Dom José Afonso de Morais Torres, Bispo do Pará. Antes, atendiam a população católica de Andradas os padres procedentes de Caldas.
- 1866 - No 2º dia do mês de janeiro, o Governador Provincial assinava a Lei nº 1278, pela qual São Sebastião do Jaguari era elevada à categoria de Freguesia, condição que corresponde a Paróquia.
- 1880 - Em 1º de julho, São Sebastião do Jaguari engalana-se para receber a Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo. Releva informar de que, nessa

época, o Sul de Minas, eclesiasticamente falando, estava sob a jurisdição de São Paulo.

- 1884 - Havia aqui, uma escola primária e mais de cem casas, conforme descrição do Almanach do Sul-Mineiro.
- 1888 - Em 1º de setembro, pela Lei nº 3.656, era criada a Vila Caracol. Assinou a referida Lei o Exmo. Dr. Antônio Gonçalves Ferreira, DD. Presidente da Província de Minas Gerais. A instalação da Vila, entretanto, realizou-se a 22 de fevereiro de 1890, razão pela qual essa é a data oficial da cidade, comemorada anualmente. O novo topônimo passava a ser CARACOL.
- 1890 - Instala-se o Conselho de Intendência Municipal. A primeira reunião foi realizada em 24 de fevereiro desse mesmo ano. Presidente eleito: Teodoro Higino Brandão, a rigor, o Primeiro Administrador de Andradas.
- 1892 - Toma posse a primeira Câmara Municipal.
- 1911 - Em 23 de setembro, foi inaugurada em Andradas a luz elétrica. Nesse mesmo ano surgia, também, o primeiro jornal da cidade sob o título de "O Caracolense".
- 1913 – Iniciam-se as obras da Igreja-Matriz. Foi no paroquiato do Padre Dr. Aristóteles Aristodemo Benatti que se cogitou da construção do belíssimo templo que domina toda a Praça Dr. Alcides Mosconi.
- 1914 - A primeira escola oficial foi criada por força do Decreto Estadual nº 4207, de 30 de junho, e denominava-se Escolas Reunidas de Andradas. A primeira diretora foi D. Francisca Tavares e a primeira professora D. Francisca Vilela Peçanha.
- 1918 - Em 1º de janeiro, durante a Primeira Guerra Mundial, verifica-se a criação do Termo Judiciário de Caracol. O Presidente da Câmara era o Major Bonifácio Monteiro de F. Reis.
- 1925 - Consoante a Lei nº 893, a Vila de Caracol é elevada à categoria de cidade.
- 1928 - Em 1º de janeiro foi inaugurada a célebre estátua do Cristo Redentor, defronte à Igreja-Matriz, sendo Presidente da Câmara o Dr. Orestes Gomes de Carvalho, que muito trabalhou para que a ideia se transformasse em realidade. No pedestal dessa estátua há uns dizeres em Latim que, vertidos para o Português, transmitem a seguinte mensagem: "Ao Cristo Redentor dos povos e Rei dos Séculos, todo o povo caracolense". A ideia de se erigir o monumento partiu do vigário na época - Monsenhor João Batista Rigotti, que se transferiu, depois, para a Paróquia de Cosmópolis-SP. Pela Lei nº 1035, de 2 de setembro de 1928, Caracol passou a adotar o nome de Andradas em homenagem ao Presidente do Estado, Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andradas.
- 1930 – Instalação do telégrafo.
- 1931 – Primeiro número do jornal O Imparcial.
- 1936 - Instalação da Comarca de Andradas que se verificou em 5 de abril. O primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Dario Bráulio de Vilhena.
- 1938 - Conforme estabelece o Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17 de dezembro do mesmo ano, parte do território do Distrito-Sede vai formar o Distrito de Grama que, destarte, passa a integrar o município.
- 1942 - O término da construção da Igreja-Matriz verificou-se no paroquiato do Cônego Benedito Profício. Eis os padres que administraram as obras: Cônego João Calazans Nogueira, Padres Antônio de Almeida, Pedro Andery e Heliodoro Pires,

Cônegos Herculano Moreira, Mons. João Batista Rigoti. Trabalharam na construção: Augusto Marcondes, André Pontilho e Mário Manzoli.

- 1954 - Realização da primeira Festa do Vinho no mês de julho, num barracão de sapé construído na Praça Cel. Antônio Augusto de Oliveira (ao lado do Mercado Municipal onde hoje se situa o Teatro Municipal). O Prefeito Municipal da época era o Dr. Alcides Mosconi.
- 1971 - É inaugurado o jornal "Folha Andradense"
- 1979 - Houve um movimento na cidade, liderado por Sebastião Roberto de Campos, para fundar a Academia Andradense Letras. Algumas reuniões se verificaram nesse sentido.
- 1980 - ACA – Associação Cultural Andradense, fundada por um grupo de intelectuais e artistas.
- 1986 - Em 22 de fevereiro entrou em funcionamento a Rádio Vinícola AM/FM.
- 1990 - Deu-se início a Expofica (Feira Industrial e Comercial de Andradas) onde mais de 60 expositores mostram os produtos andradenses, entre eles o artesanato, indústria moveleira, vinícolas, indústrias de cerâmica, confecções, comércio local, etc., com apresentações culturais e artísticas todos os dias. A Feira é realizada no Pavilhão do Vinho, região central da cidade onde foi realizada a Festa do Vinho até o ano de 1988.
- 1997 - Em 3 de agosto é inaugurado o jornal "Andradas Hoje".
- 1998 - Em 12 de outubro é inaugurada a TV Andradas.

2.2. A Estação de Enologia e o Parque Municipal Ricardo Sasseron

Antes de falarmos do Jatobá, objeto deste tombamento, é necessário contextualizar a trajetória histórica da Estação de Enologia de Andradas/Campo Experimental. Isso porque o jatobazeiro do Parque Municipal — como é conhecido o Jatobá — está localizado no Parque Municipal Ricardo Sasseron, em Andradas. No entanto, antes de o local se tornar um parque municipal, o terreno pertencia à União, e nele foi construída a Estação de Enologia de Andradas/Campo Experimental.

A Estação de Enologia de Andradas (Campo Experimental do Ministério da Agricultura) e o interesse estatal na vitivinicultura andradense

O contexto político, social e econômico em que o Brasil vivia após a Proclamação da República era de intensos debates acerca do modelo econômico que a nação deveria seguir no futuro. De um lado, uma corrente defendia veementemente a industrialização do país, com o intuito de se soltar o atraso social e econômico sempre ligados ao campo e à inanição que este causava nas populações. Já do outro lado, persistia a corrente que pugnava a vocação agrícola do Brasil, baseada nos campos e pastoreios, sendo o alicerce “moral” da sociedade. Nisso, a chamada “vocação agrícola do país”, ganha ainda mais força com o auge das exportações de café entre 1910 e 1925 e o relativo sucesso que a rubiácea alcançou nos preços internacionais. A corrente da vocação agrícola aceitara que era preciso modernizar-se, mas sem abandonar o destino econômico do país, ou seja, a agricultura de exportação. Seguindo esse aparente aspecto da vocação agrícola do país, Mendonça (2002) descreve o fato de que são criados mecanismos burocráticos na Primeira República para tornar-se mais coesa, além de poder atender às diferentes classes dirigentes detentoras dos mais diferentes produtos de exportação.

Desde o surgimento da República em 1889, algumas autoridades mineiras já perceberiam que o melhor caminho para o afastamento das crises decorrentes sobre a produção cafeeira seria a diversificação. Desde o alvorecer da década de 1890, o governo mineiro na então antiga capital de Ouro Preto começa a incentivar concursos para estimular a

produção de vinhos no Estado[19]. Eis que a redação do Concurso agrícola de 1895, realizado na capital do Estado, Ouro Preto, nos demonstra:

> O grande numero de concorrentes vão actualmente mostrando o quanto se pode esperar da viticultura e da vinicultura em Minas, cujo governo não tem poupado esforços nem sacrificios para desenvolver tão poderosa fonte de riqueza, que, popuco a pouco**, nos libertará dos perigos que esse exclusivismo que só faz com que se pense em exportar café.** (Grifos nossos). Analyses dos Vinhos Mineiros. Concurso Agrícula de 1895. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ouro Preto, 1896, p. 04.

Em Andradas, no dia 08 de dezembro de 1929, é realizada a primeira organização municipal para o desenvolvimento da cultura do vinho, devido ao crescimento dessa economia. Surgiu dessa organização a Cooperativa Vinícola de Andradas (PONTES, 1999, p.185). Porém, anteriormente ao surgimento dessa cooperativa, o Estado de Minas Gerais já via o cultivo da uva e a fabricação do vinho na região da Vila do Caracol com bons olhos, pois com a entrada do século XX, verifica-se um aumento na produção desse produto, possibilitando assim, o angariamento de novas receitas para os cofres públicos estaduais, devido ao desenvolvimento econômico da região. No decorrer das décadas de 20 e 30 do séc. XX começa a existir um esforço Estadual e Federal para coordenar tal produção e evitar as adulterações constantes nos vinhos engarrafados[20].

Não obstante, o Estado de Minas buscava melhor controlar e coordenar os rendimentos advindos dessa atividade econômica. Dessa forma, o jornal *Gazeta de Andradas*, do dia 05 de julho de 1929, elucida esse investimento estatal:

> Segundo Annuciaramos anteriormente, já se acham entre nós, os srs. Dr. Gabriel Lherme e Romain Labarrére, abalisadoschimicosfrancezes, contractados especialmente pelo Governo do Estado, para estudar o desenvolvimento technico da viticultura nesta zona, que como ninguém ignora è a maior productora de vinho em nosso Estado (Gazeta de Andradas, 05 de julho de 1929, p. 02).

Em outra passagem do texto, o presente hebdomadário completa:

> Com as providencias que o Governo do Estado vai tomar em beneficio da vitivinicultura em Minas, estamos certos de que na regulamentação de seu fabrico e exportação, serão introduzidas medidas tendentes á cohibir aquellas falsificações, de maneira que o vinho de Minas Gerias possa torna-se um produto de especial

[19]Desde o Império, a Província de Minas Gerais já incentivava a produção de vinhos, como nos mostra a Lei N. 348 de 1848, que autorizava ao Governo provincial a pagar a quantia de quatro contos de Réis para quem primeiro produzisse cinquenta barris de vinho.

[20]A adulteração de bebidas era um problema bem comum no Brasil da Primeira República, uma vez que os falsificadores usavam a ideologia do "fetiche da mercadoria" para adulterar vinhos provenientes da França, Portugal e Itália. CABRAL, Carlos. Presença do Vinho no Brasil: um pouco de história. São Paulo: Editora da Cultura,2004:157.

> qualidade, digno portanto, da aceitação do publico do Paiz (Gazeta de Andradas, 05 de julho de 1929, p. 02).

Algumas famílias que produzem vinho comercialmente até os dias de hoje iniciaram suas atividades há mais de um século. A Família Basso, por exemplo, iniciou sua produção em 1902. Já os Bertoli iniciaram as atividades vinícolas em 1905 e os Marcon, no ano de 1912. Mas para além da agricultura e da vitivinicultura, expandiam-se também outros setores econômicos do município. Alguns italianos e seus descendentes optaram por se estabelecer no núcleo urbano de povoamento e dedicar-se ao comércio ou ao trabalho como artesões, comerciantes, funcionários públicos e prestadores de serviços diversos, articulando-se assim suas atividades com o campo (PASTRE, 2012, p. 35).

Em 1939, de acordo com o relatório industrial do Estado de Minas Gerais[21], Andradas possuía 46 adegas, sendo que essas adegas empregavam um total de 101 pessoas. De acordo com essa fonte, podemos perceber que a esmagadora maioria das firmas possuem nomes de proveniência italiana, tais como: Pastre, Salvi, Stivannin, Basso, Bertoli, Beloto, Fossa, Venturelli, etc. A mão de obra familiar é ainda a mais empregada no fabrico do vinho e de outros derivados da uva. As grandes empresas vinícolas, com centenas de empregados, tais como a italiana Alba e a portuguesa Izidro só irão se instalar em Andradas a partir dos anos de 1960, considerado o auge da produção de vinhos no município.

O então Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em mensagem do Governador para a Assembleia Mineira no ano de 1928, já assinalava o crescimento que a uva e a vitivinicultura estavam tendo nos municípios de Caldas e Andradas. Nessa mensagem, o estadista almejava construir uma estação experimental na região compreendida entre os dois municípios, para assim, aperfeiçoar essa atividade econômica:

> A viticultura e a vinicultura, que tão prosperas já estiveram no estado, voltaram a objetificar cogitações mais intensas de certas zonas e notadamente, dos municípios de **Caldas** e **Andradas**, o que levou o governo a contractar um profissional dessa especialidade, para cuidar do ensino e aperfeiçoamento dessas industrias remuneradoras. É minha intensão estabelecer, naquela região sul-mineira, uma estação experimental para desenvolve-las, de fôrma segura. (Grifos nossos. Mensagem do Governador de Minas Gerais, Antônio Andrada, para a Assembleia (MG). 1892 à 1930. p. 135-136)

[21]Inserimos tal fonte no anexo de nosso trabalho, pois trata-se de informação bastante extensa.

Com o advento da Revolução de 30, o Governo Provisório de Getúlio Vargas caracteriza-se como um administrador e um centralizador de todas as atividades econômicas do país, fator que ia se acentuar a partir de 1937, com o surgimento do Estado Novo. A vitivinicultura entra nesse processo, pois o Governo Federal via com bons olhos as atividades econômicas que poderiam ser alternativas para diminuir a dependência do país com a cultura do café, e que também pudessem impulsionar o mercado interno. Getúlio Vargas e sua cúpula econômica pretendiam desenvolver a produção de bebidas nacionais - em especial o vinho -, para que ocorresse uma diminuição nas importações dessa bebida e, consequentemente, uma balança comercial mais favorável (CABRAL, 2004, p. 176). Essa era uma tendência geral que se apresentava de diferentes matizes na América Latina como um todo. O Estado como "administrador da economia".

A gestão de Távora dentro do Ministério da Agricultura caracterizou-se primeiramente por uma reforma estrutural e funcional do Ministério, com o objetivo de dotá-lo de uma organização mais centralizada e racional[22]. Esta reestruturação, completada no decorrer do segundo semestre de 1933, compreendeu também na criação de órgãos especializados como o Departamento Nacional da Produção Mineral, o Departamento Nacional da Produção Animal, o Departamento Nacional da Produção Vegetal e a Diretoria-Geral de Pesquisas Científicas.

Foram também melhoradas as estruturas burocráticas ligadas à estatística da produção e contabilidade, proteção e ao fornecimento de créditos. Em 1937, é criado o Laboratório Central de Enologia, que pouco tempo depois, em 1943, passa a se chamar Instituto de Fermentação. Tais órgãos são ligados à Diretoria de Fruticultura, que por sua vez é englobada dentro do Ministério da Agricultura.

No ano de 1938, o Estado Novo publica o Decreto nº 826, criando uma Subestação de Enologia na cidade de Andradas. Essa Subestação[23] estaria ligada à Diretoria do Instituto de Fermentação, autarquia ligada ao Ministério da Agricultura do Distrito Federal[24]. A criação de

[22] Távora fora um dos sobreviventes do Movimento Tenentista de 1922. Uma das principais premissas de sua gestão foi a organização e o desenvolvimento tecnológico das atividades econômicas do Brasil. SAES. Guilherme Azevedo Marques de. O Nacionalismo Econômico e o Desenvolvimentismo do Tenente Juarez Távora (1930-1934).II Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica. Brasília, 23 e 24 de setembro de 2010. p.12.

[23]Outras subestações de enologia foram implementadas em outras regiões vinícolas do Brasil: Bento Gonçalves (RS), Urussanga (SC), Campo Largo (PR) e Jundiaí (SP). *Jornal do Brasil*. Sexta-feira, 30 de outubro de 1953. :06.

[24]A gestão econômica do período Vargas criou vários Institutos e Autarquias para gerenciar todas as etapas produtivas das mais variadas atividades econômicas do Brasil. Nesse período,a vitivinicultura ficaria ligada ao

tal Subestação tinha como principais objetivos norteadores: orientar à vitivinicultura, racionalizar a produção e estabelecer diretrizes para sua extensão. Essa repartição começou a funcionar em 1942, contando com um moderno laboratório para análises de vinhos e derivados e com uma mão de obra altamente capacitada. O primeiro diretor da Subestação de Enologia foi o agrônomo Pedro de Barros Duarte.

O magazine *Andradas em Revista*, editado pelo Sr. Constante Campos no ano de 1955, descreve a importância econômica da vitivinicultura andradense no cenário nacional, além de expor sobre a missão e a importância dessa Subestação construída pelo Governo Federal:

> Andradas, que ocupa o 1º lugar em produção no Estado de Minas Gerais, é hoje considerada a segunda zona de produção em instalações, no Brasil. Vale isso dizer, que temos os nossos estabelecimentos perfeitamente instalados em normas higiênicas, de acordo com as mais rigorosas exigências da legislação que rege o assunto (CAMPOS, 1955, p. 97).

A assistência técnica também é uma das atividades mais importantes desenvolvidas pela Subestação; visto que ela abarcava o processo produtivo comum todos, indo desde o momento do preparo do solo, da escolha da melhor parreira, da adubação mais eficiente, da colheita e preparo dos derivados da uva. A assistência também era dada no período da fermentação da bebida, considerada a etapa mais complexa de todo o processo produtivo.

No ano de 1946, segundo o relatório da Agência Municipal de Estatística, Andradas produziu 2.623.514 litros de vinho. Já no ano de 1954, a produção ultrapassou os mais de 3.000.000 de litros de vinho. Porém, grande parte desse crescimento pode ser atribuída a vinda da Subestação de Enologia, pois a vitivinicultura ganhou novo fôlego e força frente às adversidades. Segundo Constante Campos, passou a existir a produção vinícola antes e depois do surgimento da Subestação de Enologia, pois com o surgimento dessa ferramenta governamental, a qualidade, o zelo do produtor com a parreira e os tratos culturais da uva subiram de patamar:

> "a uva destinada a produção de vinhos, além de atenções anteriores na fase de seu cultivo, é analisada quando ainda pende nos vinhedos. Seus teores em açucar e ácidos são cuidadosamente dosados, verificando-se assim seu estado de maturação. A colheita somente é feita quando esse estado atinge o ponto máximo, isto é, quando se considera que a mesma poderá constituir-se em ótima matéria prima, capaz de produzir excelente vitinificação. São indicadas então as correções legais que se faz mistér, para o perfeito equilibrio do produto". (CAMPOS, 1955, p. 99)

Instituto de Fermentação. Ver MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Graal, v. 30, 1986.

A Subestação de Enologia também desenvolvia pesquisas com o intuito de adaptar variedades de parreirais que atribuíssem melhor qualidade aos vinhos andradenses. A partir dessas proposições apresentadas no texto, podemos perceber o interesse do Ministério da Agricultura em desenvolver essa atividade em Andradas, já que era uma atividade econômica que estava se desenvolvendo[25] além, é claro, de atingir um dos grandes objetivos do período getulista: a diversificação da produção regional e nacional.

No livro "Caminhando de Samambaia à Andradas", importante referência sobre a história andradense, há algumas informações a respeito da Estação de Enologia de Andradas – Campo Experimental. O prédio foi construído graças às verbas conseguidas por Dr. José Gabriel de Oliveira, chefe da Estação Experimental de Vitivinicultura, à época. Quando o posto de análise entrou em funcionamento, a direção foi assumida por Dr. Pedro de Barros Duarte:

> Em 1943, o Dr. Pedro procurou entrar em contato com os vitivinicultores, para um trabalho conjunto, tendo formulado um programa a ser seguido. Na cantina organizada para este fim foram iniciadas por ele uma série de experiências e que foram colocados os resultados em 1946. Em 1947, Andradas conseguia o título de a maior produtora de vinhos de Minas Gerais (SILVA, 1996, p. 185)



Imagem 06: Andradas em Revista. 1955.

À época, Dr. Pedro de Barros Duarte concedeu uma série de entrevistas, fazendo referência à Andradas como uma zona vinícola perfeitamente caracterizada, com a uva mais doce do Brasil. Esta importante figura foi substituída por Dr. José Gabriel de Oliveira no

[25]Em uma reportagem especial feita pelo Jornal Semanário Andradense, no ano de 1957, a produção de uva foi de 8 540 305 kg. Já a de vinhos foi de 5. 978. 213 litros. O jornal ainda faz uma menção ao aumento do número de parreirais: mais de 272 000 pés de uva foram plantados em 10 anos. O periódico ainda faz menção ao comentário técnico do Diretor da Subestação de Enologia de Andradas, em que o agrônomo descreve a partir depesquisas de laboratório, que a uva produzida e Andradas é a mais doce do Brasil.(Semanário Andradense, 14 de abril de 1957. p. 01.

início da década de 1960. Ele foi o responsável pela construção do grande prédio do laboratório, como dissemos anteriormente e

> Conseguiu também transformar o local de Subestação para Estação, tendo passado a receber mais verbas. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) dizia que aquele local mais parecia um presépio de vitivinicultura, pois estava abrigando a maior variedade de videiras do Brasil. Contava 244 variedades de uvas, sendo que muitas mudas vieram de Portugal. Em 1981, o Dr. José Gabriel de Oliveira recebeu a incumbência de ser gerente nacional de vitivinicultura, sem prejuízos dos direitos e vantagens de Andradas (SILVA, 1996, p. 186).

Andradas em Revista, na edição de agosto de 1955, tece uma série de comentários elogiosos sobre o vinho andradense e a Subestação de Enologia:

> Andradas, pela extraordinária fertilidade de seu solo, pela sua colocação geográfica privilegiada e pela qualidade excelente do trabalho que nela se realiza, é um município que de pronto se distingue perante outros de igual tamanho e importância. (...) Enquanto em outras regiões a indústria do vinho, por exemplo, é relegada a um plano subsidiário, entre nós ocorre precisamente o contrário: o nosso vitivinicultor faz de seu vinhedo uma razão cara de sua existência. Temos perfeitamente formada a nossa mentalidade vitivinicultora (ANDRADAS EM REVISTA, 1955, s.p.).



Imagens 07 e 08: Subestação de Enologia – Campo Experimental. Andradas em Revista. 1955. Em destaque, na frente do antigo galpão de máquinas, vê-se o jatobazeiro.

O imóvel da sede da Estação de Enologia ficou em desuso, mas, no terreno onde funcionava o Campo Experimental, a Prefeitura passou a utilizar, na década de 1990 como horta. As verduras produzidas no local eram enviadas às escolas estaduais, municipais, creches, Casa da Criança, APAE, Asilo e Zoológico. Também possuía lavoura de café e canteiro de mudas de essência florestal (SILVA, 1996). Através do Decreto nº 182, de 08 de junho de 2000, tal espaço, denominado "Campo Aberto", foi destinado para o lazer dos

servidores municipais, através de agendamento prévio e pagamento de taxa no valor de R$ 10,00, e recebeu o nome de “Área de Lazer Omar de Oliveira Torres (Omarzinho)”.

Hoje, a sede da antiga Estação de Enologia de Andradas está sendo ocupada por pessoas em situação de rua. O tombamento do imóvel, ocorrido em 2020, visou proteger, conservar e preservar este bem tão importante para a história e identidade andradense, mas que nos últimos 20 anos foi subutilizado e negligenciado. A revitalização do território já tem ocorrido parcialmente. Parte da propriedade da União, onde a edificação da Estação de Enologia de Andradas/Campo Experimental está localizada, foi cedida para o município por tempo determinado. A prefeitura transformou o local em Parque Municipal Ricardo Sasseron, nome atribuído a partir da Lei Ordinária nº 1.858, de 05 de setembro de 2018.

A inauguração do Parque ocorreu no dia 7 de setembro de 2018. O local recebe diariamente grande número de pessoas que usufruem do parque para a prática de atividades esportivas e lazer. O espaço possui pista de skate, circuito de dois quilômetros para trilha, playground, ciclovia e academia ao ar livre. Além disso, no local também funciona o Arquivo Público Municipal Samuel Biajoni.

O Decreto Municipal nº 2.026, de 14 de junho de 2019, que regulamentou o uso do Parque Municipal, além de colocar sua direção sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em seu Art. 1º decretou que:

> Art. 1º. O Parque Municipal Ricardo Sasseron tem por finalidade:
> I - a conservação dos recursos naturais existentes em seus limites;
> II - a disponibilização de área pública destinada ao lazer ativo e contemplativo da população;
> III - a conservação de elementos significativos da paisagem urbana;
> IV - a disponibilização de espaço público para a promoção de eventos de valorização da cidadania e cultura;
> V - o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental (ANDRADAS, Decreto nº 2.026/2019).

O que mostra o compromisso da municipalidade em garantir acesso ao Parque, ao mesmo tempo que preserva seus recursos naturais. Dentre esses recursos naturais está a grande árvore da espécie Jatobá, conhecida como Jatobazeiro, localizada na área denomina, desde junho de 2000, “Área de Lazer Omar de Oliveira Torres (Omarzinho)”.

2.3. O Jatobazeiro do Parque Municipal

É nesse contexto da construção da Estação de Enologia de Andradas/Campo Experimental que se insere o “Jatobazeiro do Parque Municipal”. Segundo Márcia Manzoli, moradora de Andradas, o exemplar teria sido plantado por funcionários da Estação de Enologia, entre eles seu pai, Norberto Pio de Magalhães. No entanto, não foi possível identificar o ano exato do plantio. Supõe-se, porém, que, como a Estação de Enologia começou a funcionar em 1942, a árvore possa ter sido plantada nessa época. Isso se deve ao fato de que, em cerca de 10 anos, o exemplar já teria um porte significativo e, em uma foto de 1955, já é possível ver o jatobá em frente ao antigo galpão de máquinas da Estação de Enologia, onde atualmente funciona o Arquivo Público de Andradas.



Imagens 09: Subestação de Enologia – Campo Experimental. Andradas em Revista. 1955. Em destaque, na frente do antigo galpão de máquinas, vê-se o jatobazeiro.

Em fotografia datada de 1979, também é possível ver a árvore no terreno.



Imagem 10: Ortofoto com indicação do Jatobazeiro. Ortofoto MG-201-150012-08MAI79-4800m – IBC – GERCA (aproximada) Levantamento datado de 08 de maio 1979. Fonte: Acervo da Divisão Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Andradas.

O jatobazeiro objeto deste dossiê, com altura entre 15 e 20 metros, trata-se de uma *Hymenaea courbaril* L., pertencente à família *Angiospermae – Fabaceae*, também conhecido como jatobá ou jataí. Seu nome vem do tupi-guarani e significa "fruto de casca dura". Tal espécie é nativa da América Tropical, principalmente do Brasil, México e Bolívia. É uma árvore típica do Cerrado, mas pode ser encontrada em vários outros biomas brasileiros, como a Amazônia, a Mata Atlântica e o Pantanal.

Diversas espécies do gênero *Hymenaea*, incluindo o jatobá, produzem uma resina amplamente utilizada na fabricação de incensos, vernizes e remédios. Quando perfurado com um trado, o tronco do jatobá libera um líquido conhecido como "vinho do jatobá", que possui diversos usos medicinais (TONINI; ARCO-VERDE, 2003, p. 21).

O uso medicinal dessa árvore já era praticado por comunidades indígenas e grupos tradicionais há muito tempo, sendo aproveitada por meio de sua casca, folhas, seiva, sementes

e frutos. Conforme Tonini e Arco-Verde (2003), no Brasil, a planta é tradicionalmente utilizada para o tratamento de dores no estômago, anemia, falta de apetite, artrite, bronquite, bursite, congestão nasal, diarreia, disenteria, febre, gases intestinais, infecções fúngicas, hemorragias, presença de sangue na urina, hepatite, inflamações na garganta, tuberculose, prisão de ventre, uretrite, retenção urinária e parasitoses.

Seu fruto também é aproveitado para o consumo, não só por humanos, mas também por diversos animais. A polpa do jatobá é uma excelente fonte de açúcar dietético, sendo rica em fibras. Pode ser consumida crua, assada ou usada no preparo de geleias, licores ou farinha.

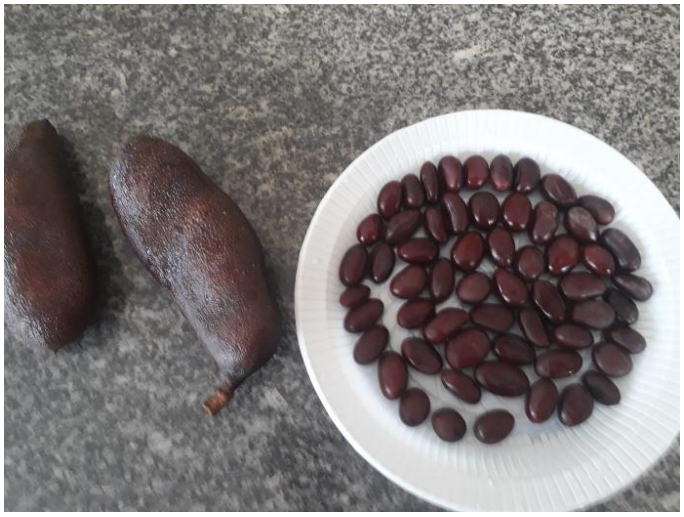


Imagem 11: Fruta e semente do jatobá. Fotografia de Renê Brando Filho, mai/2025.

Além de seus benefícios medicinais e gastronômicos, o jatobá também é valorizado no paisagismo, sendo muito utilizado na arborização de rodovias, parques e praças. Inclusive, sua madeira, considerada nobre, é dura, resistente e de lei, sendo muito usada na construção civil, na fabricação de móveis e em peças artesanais.

No caso do jatobazeiro do Parque Municipal, além de sua importância gastronômica, farmacológica, cosmética, artesanal e industrial, a árvore se tornou um espaço significativo de convivência e lazer para a população andradense. Em uma publicação feita no Facebook do jornal *Andradas Espiral*, no dia 6 de outubro de 2024, sobre essa árvore, diversas pessoas comentaram sobre o bem:

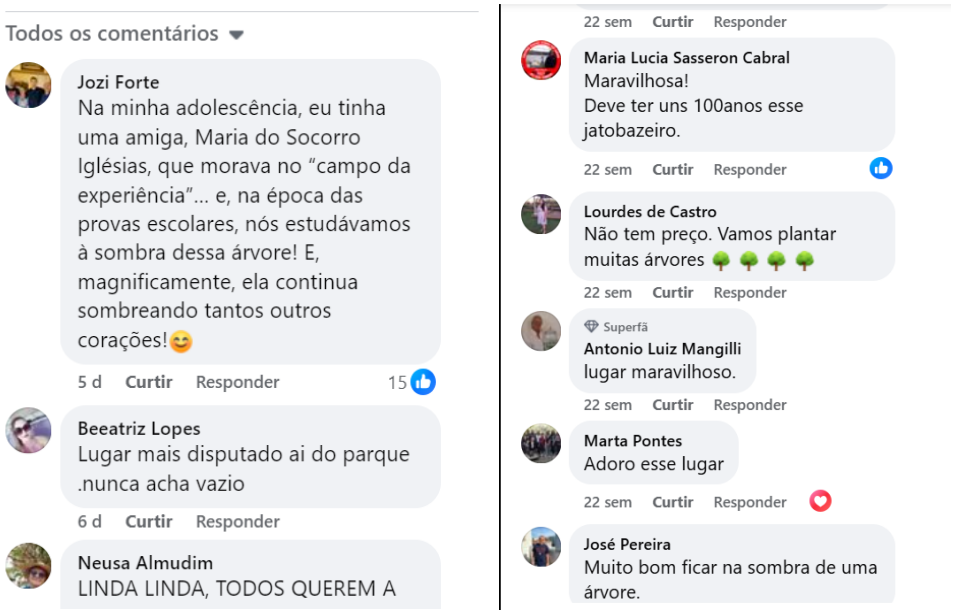


Imagem 12 e 13: Prints retirados do facebook "Andradas Espiral". Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1020804310059990&set=a.240056001468162&locale=pt_BR. Acesso em 04 de mar. de 2025.

Tais comentários evidenciam a relação afetiva, memorialista e simbólica que a população tem com essa árvore. O local, graças à sombra proporcionada pela copa do grande jatobazeiro, é um espaço acolhedor, fresco e muito frequentado. Além disso, festas infantis, eventos culturais, artísticos, esportivos e encontros são frequentemente realizados ali.

O Parque Municipal recebe diariamente um grande número de visitantes, mas, nos finais de semana, feriados e durante as férias escolares, a procura pelo espaço é ainda maior, tanto por andradenses quanto por turistas. Sob a sombra do jatobazeiro, crianças, jovens, adultos e idosos se encontram, brincam, praticam exercícios, socializam e desfrutam de um ambiente agradável, em contato com a natureza.



Imagem 14: Aula de ioga gratuita realizada ao redor do Jatobá. Fotografia do jornal Portal da Cidade, ago/2021.



Imagem 15: Crianças fazendo piquenique sob a sombra do jatobazeiro. Fotografia de Doriana Nogueira, outubro de 2024. Disponível em:https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2584634278592700&set=p.2584634278592700&type=3&locale=pt_BR. Acesso em 24 de mar. de 2025

.

Quem vai até o Parque Municipal Ricardo Sasseron, em Andradas, tem acesso a um mapa do local que, entre os pontos indicados, apresenta o “Espaço de Convivência”, demarcado exatamente pelo jatobazeiro:



Imagem16: Mapa com a localização dos espaços disponíveis no parque, com destaque para o “Espaço de Convivência”, delimitado pela localização do jatobazeiro. Fotografia de Luís. P. Sarto, set/2024.

Em frente à árvore, uma placa com os dizeres “Área de Lazer Omar de Oliveira Torres (Omarzinho)” homenageia esse servidor municipal, pelos seguintes motivos descritos no Decreto nº 182, de 8 de junho de 2000:

> “[...] considerando os relevantes serviços prestados pelo Senhor Omar de Oliveira Torres, conhecido pelo apelido de ‘Omarzinho’, durante o período em que exerceu suas funções de servidor público no ‘Campo Aberto’, sendo responsável pela Horta Municipal;
> considerando a excelência, a qualidade e a galhardia com que sempre desempenhou suas atribuições, até seu falecimento, em 4 de setembro de 1999.” (ANDRADAS, Decreto nº 182/2000).



Imagem 17: Placa localizada na frente do Jatobá, homenageando o servidor municipal Omarzinho. Fotografia de Luís. P. Sarto, set/2024.

A árvore se tornou uma referência no município, uma vez que diversas ações são realizadas tendo ela como tema. No Arquivo Público Municipal Samuel Biajoni, o jatobá é utilizado como identificação do espaço e, a partir de um desenho do bem, diversos itens promocionais foram feitos, como quebra-cabeça, canecas, copos, camisetas, entre outros.



Imagem 18: Desenho que estampa itens promocionais tendo o Jatobá como tema. Fotografia enviada por Renê Brando Filho, s/d.



Imagem 19: Arte da caneca do Arquivo Municipal, com o jatobá estampado. Fotografia enviada por Renê Brando Filho, mar/2025.



Imagem 20: Camiseta com o jatobá estampado. Fotografia de Renê Brando Filho, mar/2025.



Imagem 21: Quebra-cabeça do jatobá. Fotografia de Renê Brando Filho, mar/2025.




Imagem 22 e 23: Visita do Projeto Rondon ao Arquivo Público de Andradas. Na imagem, a equipe está montando o quebra-cabeça com o desenho do jatobá. Fotografia enviada por Renê Brando Filho, fev/2025.

Além desses itens, outro material desenvolvido com o tema do jatobá foi o conto intitulado *A Vó, o Vô e o Jatobá!*. Na história, os irmãos Toninho e Maria recebem da Vó Ida a missão de levar o almoço para o Vô Júlio, que trabalha no Campo Experimental de Andradas. No caminho, os irmãos passam por paisagens típicas da região, enfrentam pequenos desafios, como bois no caminho e abelhas borá, e se encantam com a fauna e flora locais. Ao encontrarem o avô sob o imponente jatobazeiro, eles compartilham o almoço e ouvem histórias sobre o virado de frango, a importância cultural do jatobá, curiosidades sobre a cidade de Andradas e até cantam juntos uma canção em homenagem à árvore. De volta à casa da avó, ajudam a preparar um bolo com a farinha de jatobá, aprendendo sobre seus usos e seu significado ancestral. A narrativa valoriza a natureza, a tradição oral, a cultura local e os laços familiares.

Esse conto foi elaborado em 2023 por Renê Brando Filho, responsável pelo Arquivo Municipal, com base em uma história real que sua mãe lhe contava. No entanto, o autor acrescentou elementos da cidade e da região. O material está em processo de adaptação para ser encenado no município.

Outra ação que já vem sendo realizada no Parque Municipal são as visitas guiadas, como a que ocorreu no dia 23 de abril de 2025, mediada por Renê Brando Filho, com pacientes do CAPS de Andradas. Durante a visita, os participantes puderam conhecer mais sobre o jatobazeiro, incluindo suas propriedades medicinais, culinárias e artesanais. Na

ocasião, foram apresentadas a semente da árvore, as etapas de produção da farinha, e, ao final, os visitantes puderam degustar um bolo feito com a farinha de jatobá.



Imagem 24: Pacientes do CAPS de Andradas durante a visita no Parque Municipal. Fotografia de Renê Brando Filho, abril de 2025.



Imagem 25: Público conhecendo as etapas de produção da farinha de jatobá durante a atividade. Fotografia de Renê Brando Filho, abril de 2025.



Imagem 26: Bolo de farinha de jatobá distribuído aos participantes. Fotografia de Renê Brando Filho, abril de 2025.

3. Descrição detalhada e análise do bem cultural

HIDROFLORESTAL AMBIENTAL

LAUDO DE IDENTIFICAÇÃO E ESTADO FITOSSANITÁRIO DE ESPÉCIME ARBÓREO

Responsável Técnico:

Documento assinado digitalmente
gov.br ANGELO ANGELINI NETO
Data: 21/03/2025 14:02:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Angelo Angelini Neto – Biólogo

CRBio 104806

ART 20251000104823

Duração da Campanha: 21 de março de 2025

Sumário executivo

Inventário florístico com objetivo de identificação de espécime arbóreo isolado, com a finalidade de identificação e análise do estado fitossanitário através de vistoria.

Objetivos da campanha

- Inventario florístico em campo
- Produção de material técnico para definir a caracterização geral do individuo e descrição macroscópica do estado fitossanitário.

HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL AMBIENTAL

CAMPANHA DE CAMPO

Materiais	Metodologia	Pontos coletados
Aplicativo de fotos Utilização de arcabouço técnico/literário	Arquivo de imagem com coordenadas Identificação dos espécimes em nome popular, nome cientifico, local de origem (Nativo ou Exótico)	☐ Coordenadas ☐ Imagens de campo

CRONOGRAMA DE CAMPANHA

Tarefa	Status
Inventário em campo	Realizado
Projeto e Memorial descritivos da campanha de campo e metodologia de avaliação das compensações ambientais necessárias para as intervenções pleiteadas	Realizado

HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFACIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL

1- IDENTIFICAÇÃO:

O espécime está localizado na cidade de Andradas – MG, dentro do Parque Municipal Ricardo Sasseron, não há dados disponíveis em relação a idade ou ano de plantio do indivíduo.

Abaixo, as características levantadas na visita ante o local do exemplar.

Hymenaea courbaril L.

Nomes Populares: Jatobá, jataí

Família: Angiospermae – Fabaceae

Distribuição Geográfica e Ocorrências confirmadas:

Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins)

Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe)

Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso)

Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo)

Sul (Paraná)

Domínios Fitogeográficos

Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal

Tipo de Vegetação

Área Antrópica, Cerrado (lato sensu), Floresta Ciliar ou Galeria, Floresta de Terra Firme, Floresta Ombrófila (Floresta Pluvial), Restinga

Altura: 15 a 20 metros

HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFACIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

Informações Ecológicas: Planta semidecídua, heliófita ou esciófita, seletiva xerófita.

Descrição em campos controlados: Caule: casca em escama(s). Folha: consistência do folíolo(s) cartáceo(s)/membranáceo(s); forma do folíolo(s) elíptico(s); superfície(s) do folíolo(s) lustroso(s)/pubescente(s) na(s) face(s) abaxial/glabro(s) ou glabrescente(s); venação inconspícua(s) na(s) face(s) abaxial/conspícuo(s) na(s) face(s) abaxial/não depressa(s) na(s) face(s) adaxial. Inflorescência: tipo cimeira(s) dicasial ou corimbiforme(s). Flor: botão-floral dourado/acinzentado/cor castanha; posição das sépala(s) não reflexa(s); superfície(s) das sépala(s) face(s) adaxial pubescente(s); cor das pétala(s) branca; superfície(s) das pétala(s) glabra(s); ovário(s) glabro(s). Fruto: cor cor castanha escura/preto; epicarpo levemente verrucoso(s)/liso(s)/lustrosa(s). Semente: cor castanha escura/preta; número 3 a(s) 7.

REFERÊNCIA:

Pinto, R.B.; Tozzi, A.M.G.A.; Mansano, V.F. *Hymenaea in* **Flora e Funga do Brasil.** Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB22972>. Acesso em: 21 mar. 2025

2- METODOLOGIA DE ANÁLISE:

2.1 Análise do Estado Fitossanitário

O exemplar arbóreo passou por uma análise técnica no que tange ao porte, a vitalidade, a longevidade, a sanidade com a observação da presença ou não de pragas, doenças e predação entre outras peculiaridades que podem interferir na relação harmoniosa com a ocupação do entorno. Além disso, aplicou-se uma análise baseada na

HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFACIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL AMBIENTAL

metodologia adotada por Araújo & Araújo (2002), na qual é atribuída uma pontuação para os seguintes parâmetros fitossanitários:

- **CT – Condição do tronco:** O tronco da árvore é examinado quanto à integridade e imperfeições físicas como apodrecimento e ocos extensivos ou seções de casca faltando. A nota pode variar de 1 a 5. A nota máxima (5) é atribuída a um tronco sólido e sadio, uma nota intermediária (3) quando houver seções de casca faltando e a nota mínima (1) é dada quando existirem apodrecimentos e ocos extensivos.
- **TC – Taxa de crescimento recente:** O crescimento recente é avaliado pelos lançamentos ou segmentos de crescimento observáveis na extremidade dos ramos ou galhos. A nota máxima pode variar de (3) para um crescimento em torno da média ou acima, para a espécie, (2) se refere a uma taxa de crescimento abaixo da média para a espécie, até a nota mínima (1) para um crescimento insignificante.
- **VA – Vitalidade da árvore:** A vitalidade é avaliada em relação à ocorrência de sinais de morte regressiva (*dieback*). *Dieback* é a morte regressiva de brotos e ramos, partindo da ponta (extremidade) do ramo, em direção à sua base. A nota pode variar de 1 a 5. A nota máxima (5) é atribuída quando não existirem sinais de morte regressiva. Uma nota intermediária (3) pode ser atribuída quando forem observados sinais de morte regressiva em estádio intermediário e a nota mínima (1) é atribuída quando dois ou mais ramos principais estiverem mortos, com morte regressiva em estádio avançado.
- **DP – Doenças, pragas e parasitas:** A nota pode variar de 1 a 3. A nota máxima (3) é atribuída quando a árvore estiver sem infestações ou injúrias desfigurantes presentes. A nota (2) atribui-se quando a árvore estiver com infestações crônicas

ou desfigurantes. Já a nota mínima (1) é atribuída quando a árvore estiver com infestação avançada, usualmente fatal.

- **VC – Vigor de copa:** O vigor é avaliado pelo tamanho e cor das folhas. Quando o vigor da copa pode ser avaliado pelas folhas. A nota máxima (5) é atribuída quando as folhas são de tamanho e cor normais. Uma nota intermediária (3) pode ser atribuída quando as folhas forem de tamanho reduzido ou um pouco descoloridas e a nota mínima (1) quando as folhas forem pequenas, cloróticas, apresentando severos sinais de queima ou de cor outonal antecipada.
- **LR – Longevidade do remanescente:** refere-se à estimativa de quantos anos a árvore poderá ainda viver. A nota pode variar de 1 a 3. A nota máxima (3) é atribuída quando se estima que a árvore possa viver acima de 20 anos. Uma nota intermediária é atribuída para uma expectativa de vida entre 5 a 20 anos e a nota mínima quando essa expectativa é menor do que 5 anos.
-

O total de pontos é obtido pela soma das notas atribuídas para os seis fatores e assim definida a classe de condições conforme a **Tabela 1**.

Tabela 1 – Classes de condições de exemplares arbóreos.

TOTAL DE PONTOS	CLASSES DE CONDIÇÕES
22 a 24	EXCELENTE
18 a 21	BOM
13 a 17	REGULAR
9 a 12	RUIM
6 a 8	PÉSSIMO

HIDROFLORESTAL AMBIENTAL

3- RESULTADOS

3.1 Estado fitossanitário

Mediante a análise dos parâmetros fitossanitários, os valores apontados estão apresentados na **Tabela 2**, assim como a classe de condição de cada exemplar arbóreo.

Tabela 2 – Pontuação e classes de condições dos exemplares arbóreos.

Nº EXEMPLAR ARBÓREO	COORDENADAS UTM		NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	ORIGEM	CONDIÇÃO DO EXEMPLAR ARBÓREO							CLASSE DE CONDIÇÃO
	X	Y					CT	TC	VA	DP	VC	LR	TP	
1	334496	7557041	Jatobá	*Hymenaea courbaril L.*	Fabaceae	Nativa	3	3	5	3	5	3	**22**	EXCELENTE

REFERÊNCIA:

ARAUJO, A. J.; ARAUJO, M. N. Avaliação da Condição de Árvores Urbanas: Teoria e Prática. In: VIII Semana de Estudos Florestais, 2006, Irati – Pr. **Anais.** Guarapuava: UNICENTRO, p.166-172, 2002.

HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL

4- CONCLUSÃO

De acordo com vistoria *in loco* e observações realizadas no individuo, de forma macroscópica, foi possível analisar os pontos levantados na metodologia adotada por Araújo & Araújo (2002).

Vale rememorar, que essas análises são realizadas por observação, e qualquer investigação mais aprofundada demanda técnicas de ultrassom para uma maior certeza das condições fitossanitárias do indivíduo analisado.

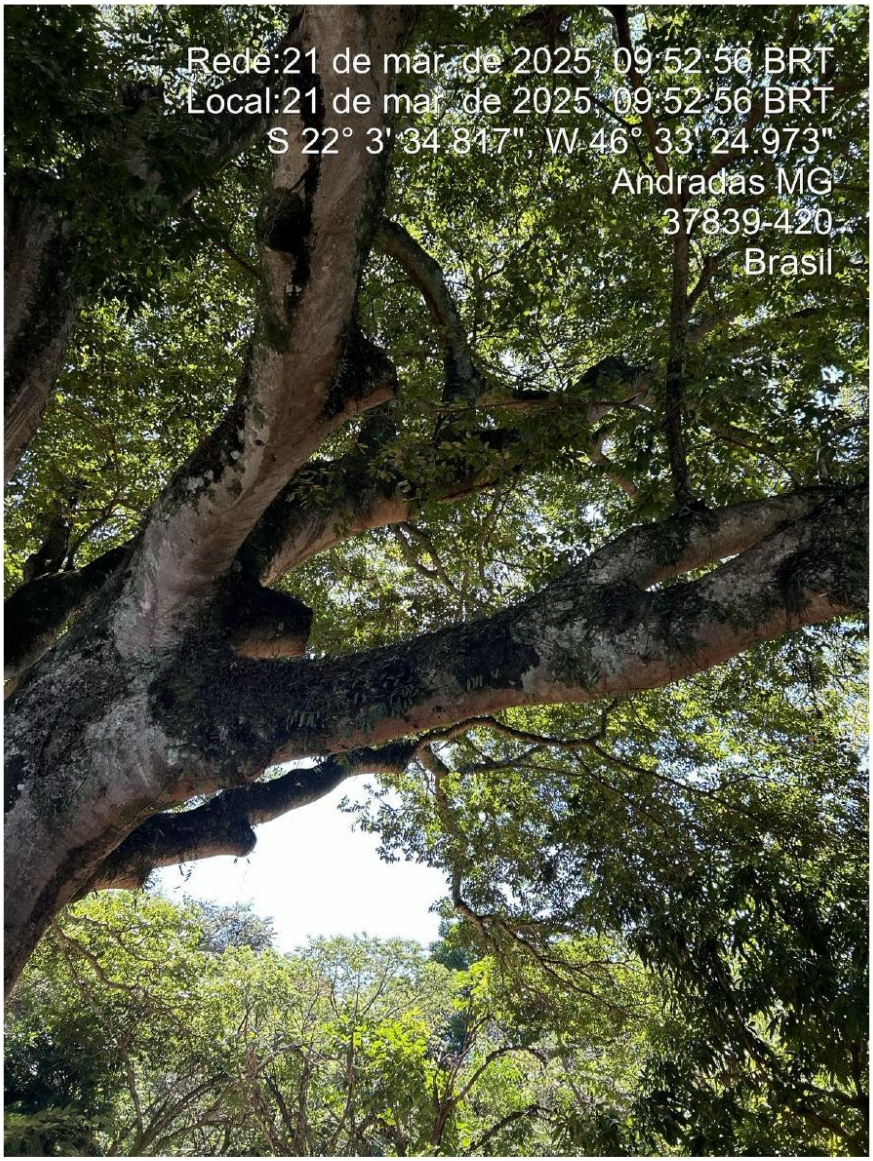
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFACIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

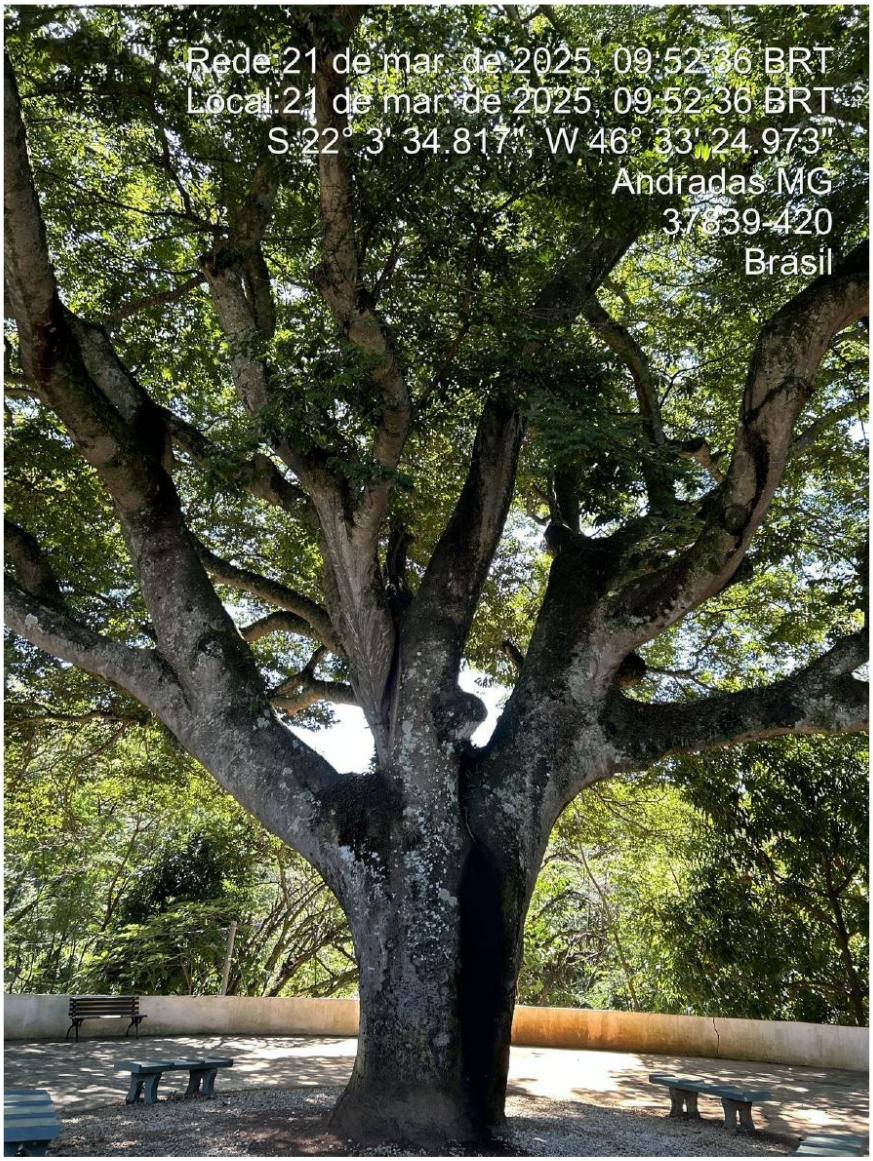
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



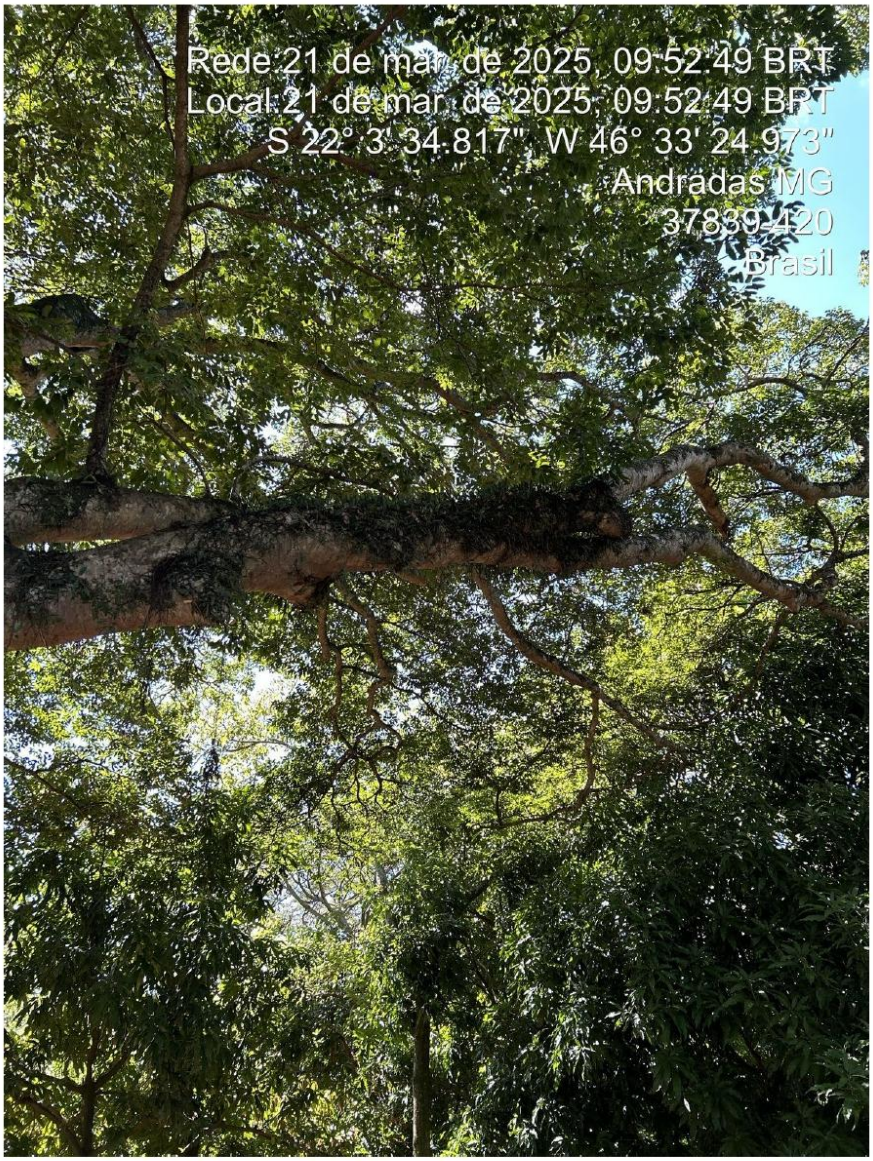
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



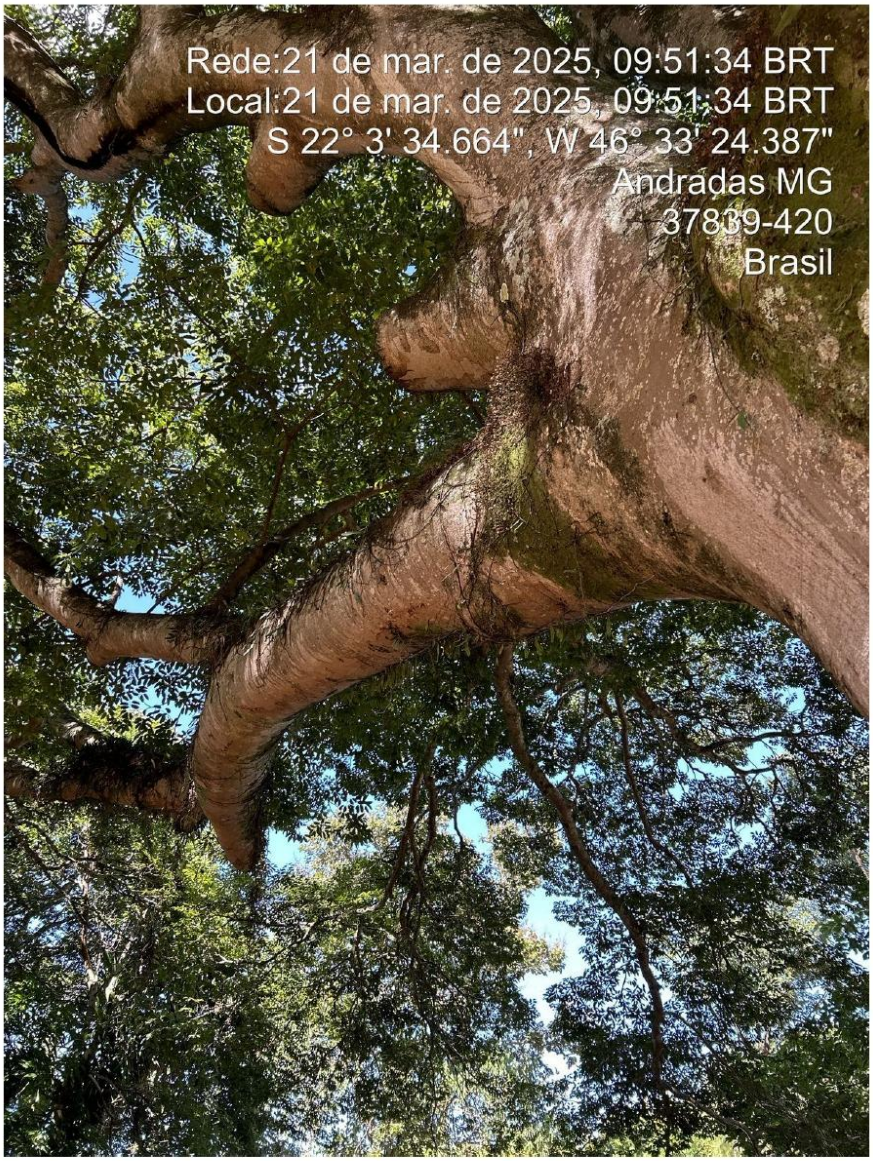
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



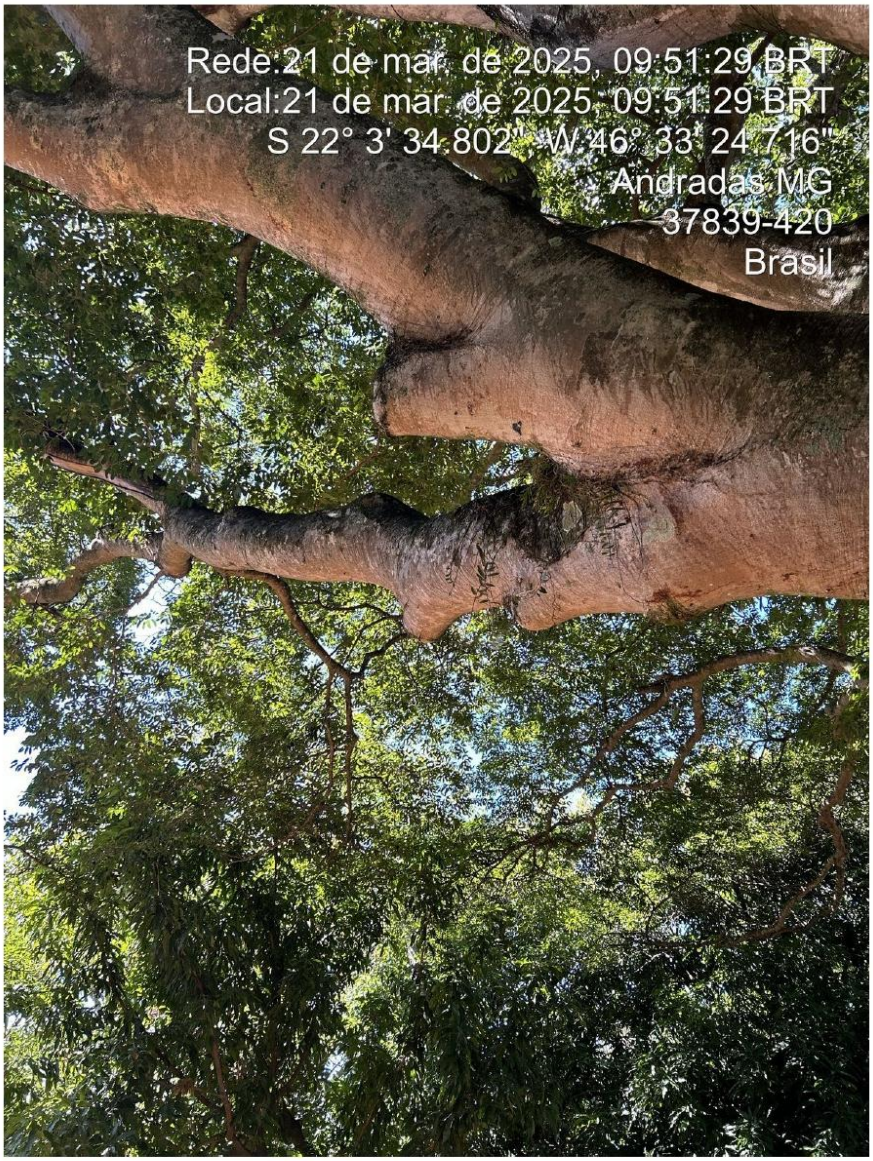
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



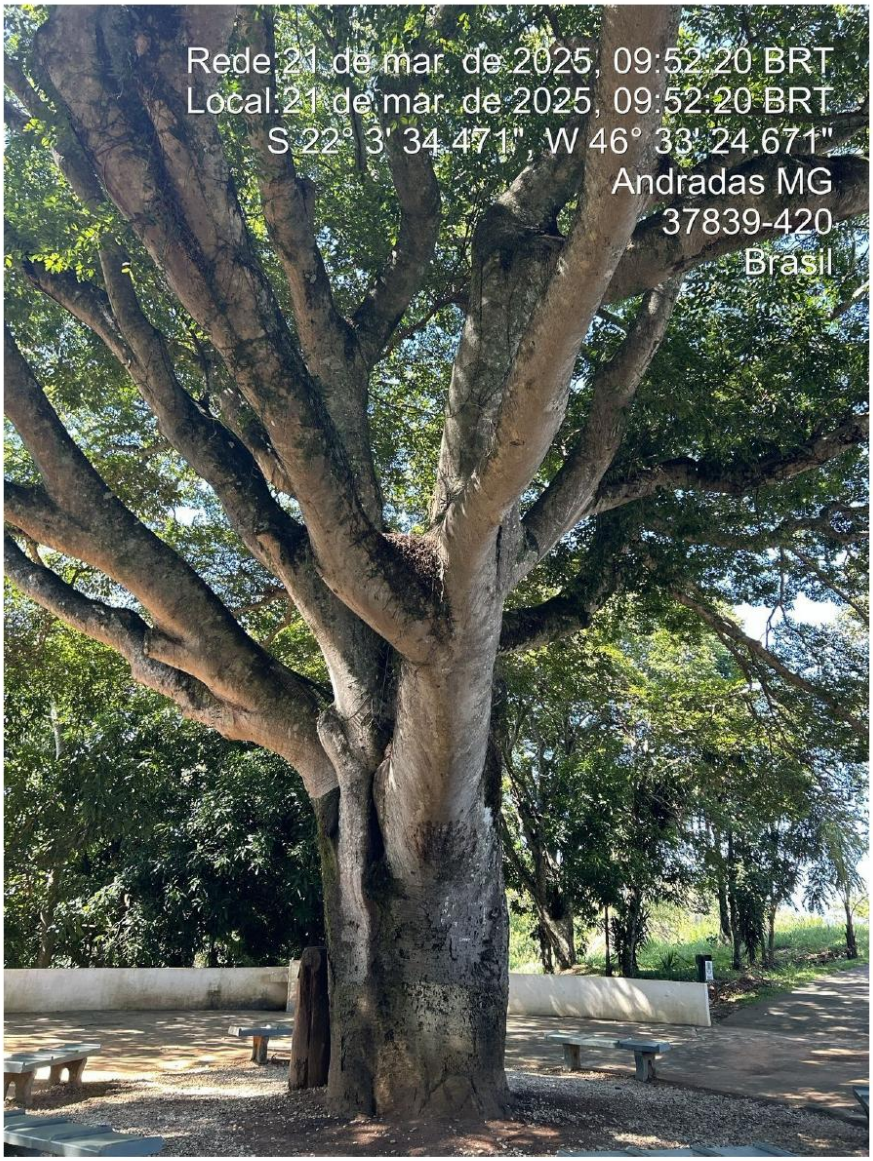
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



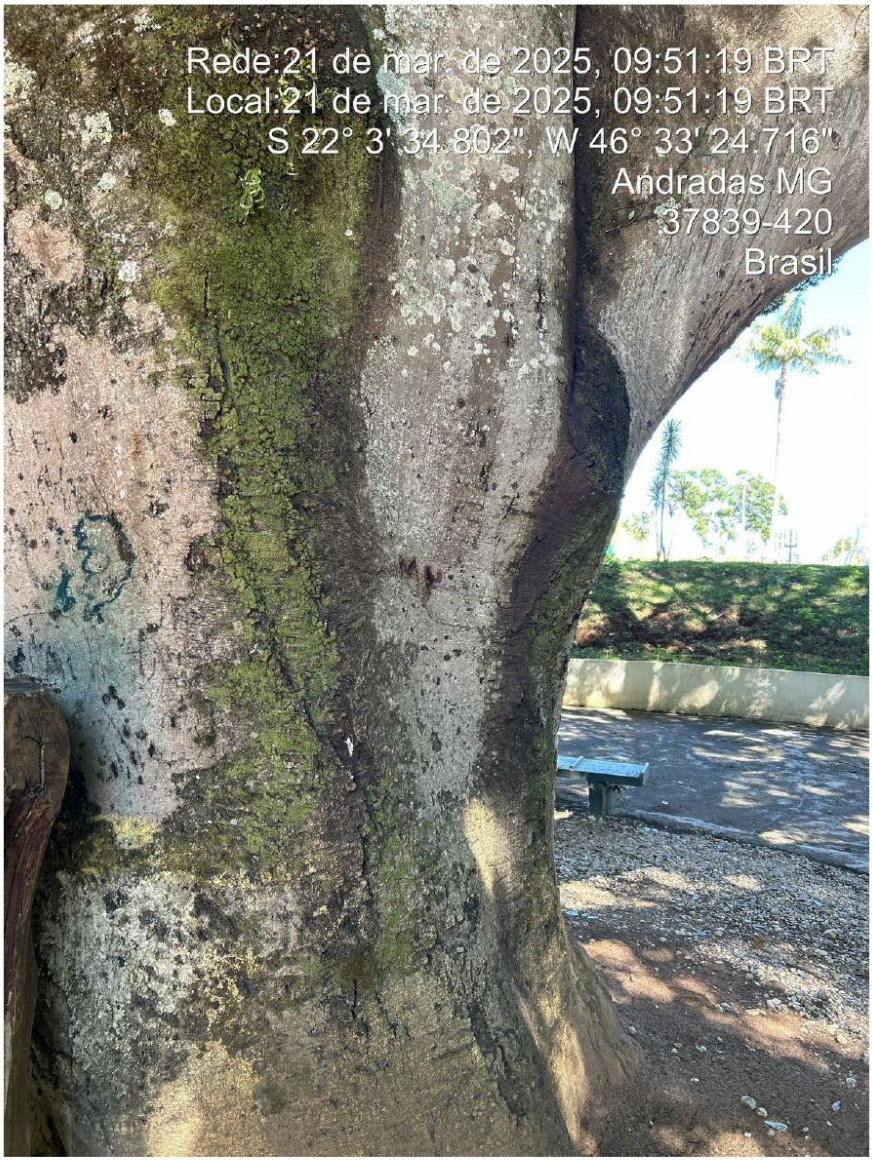
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



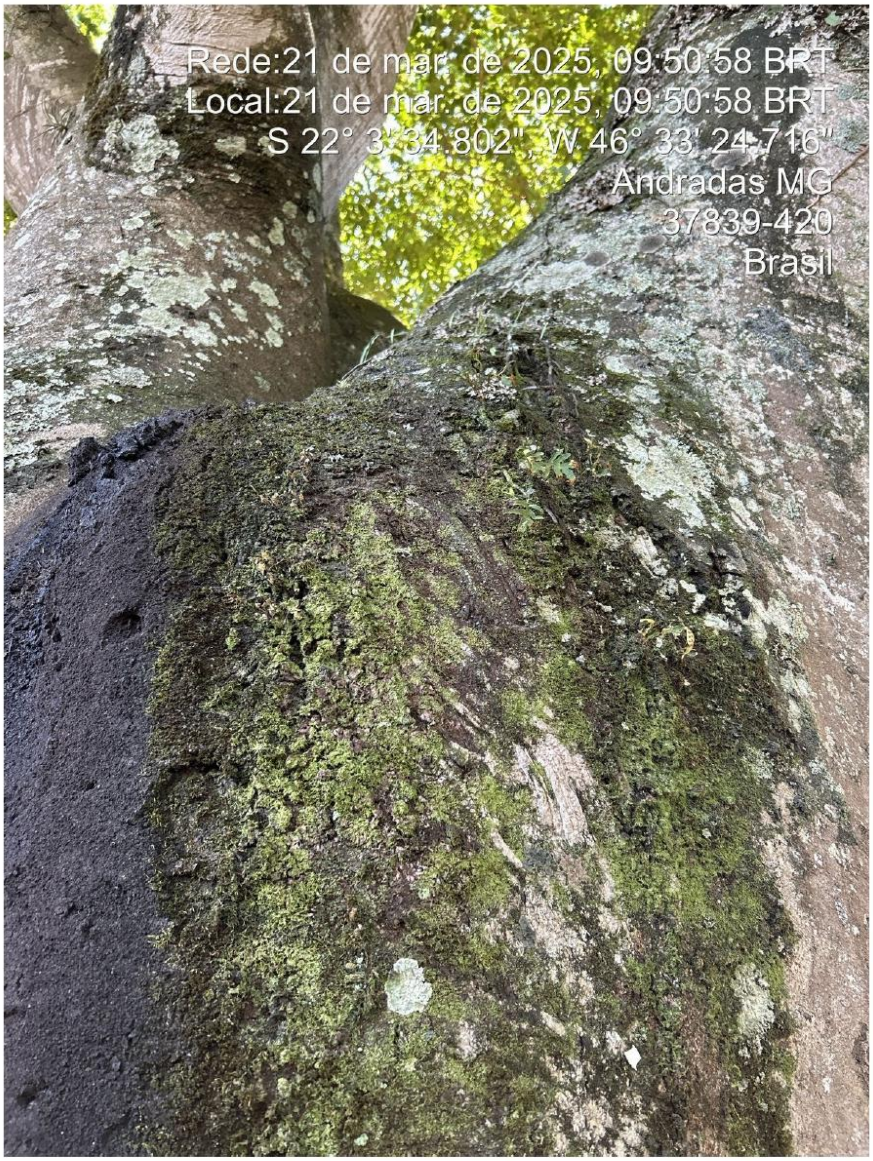
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



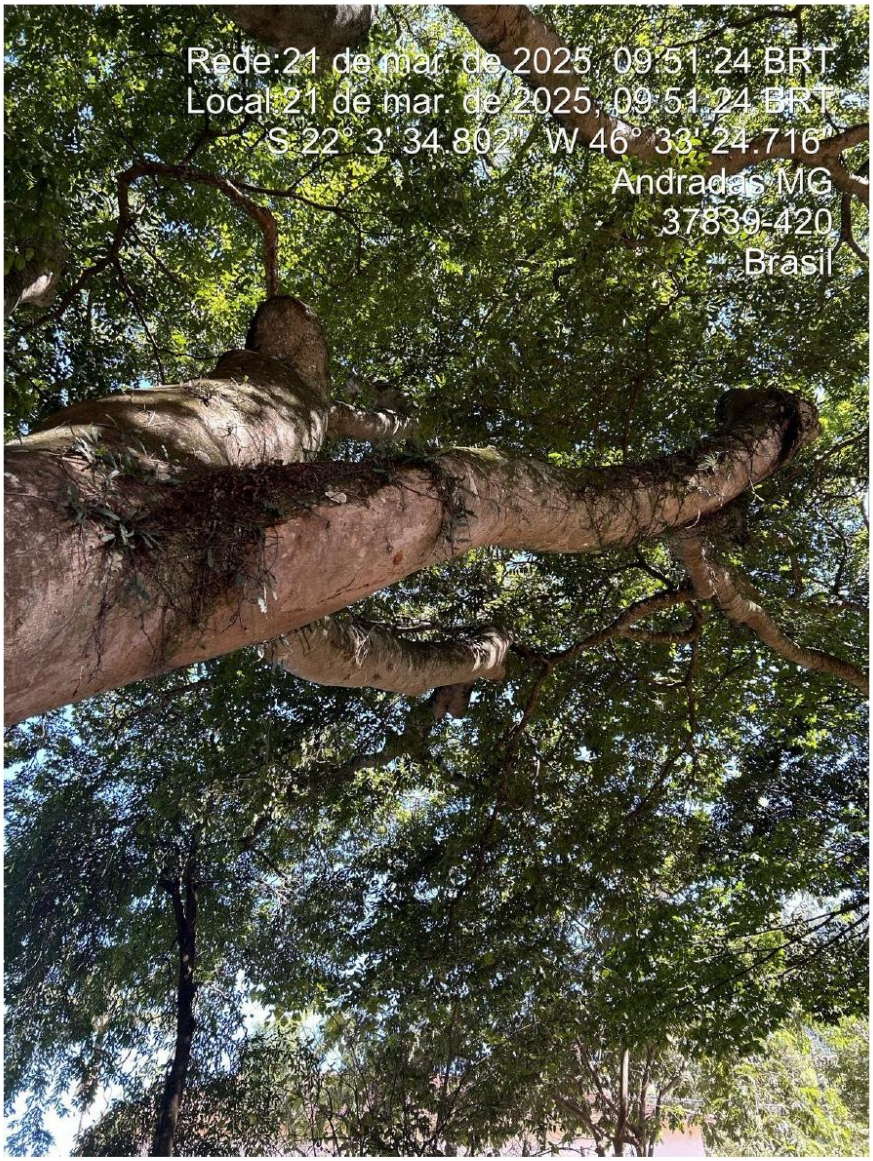
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



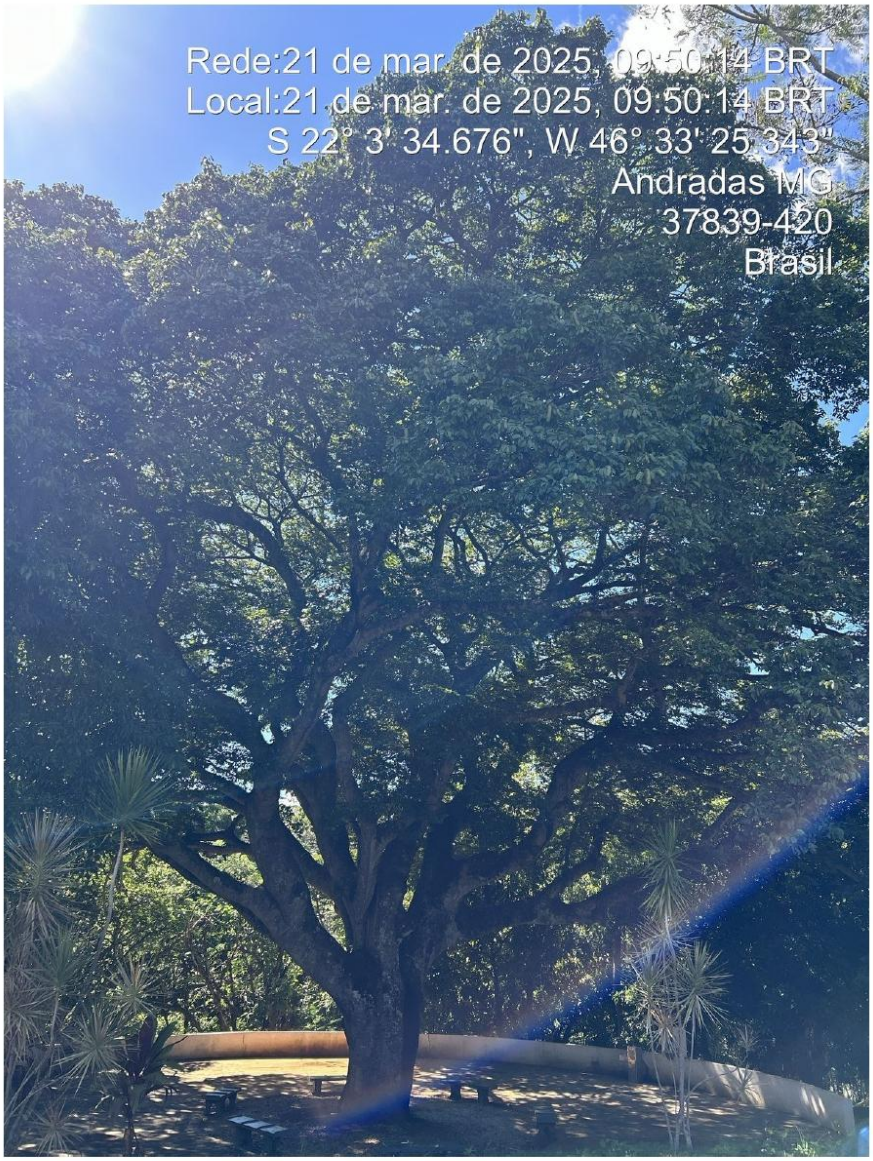
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



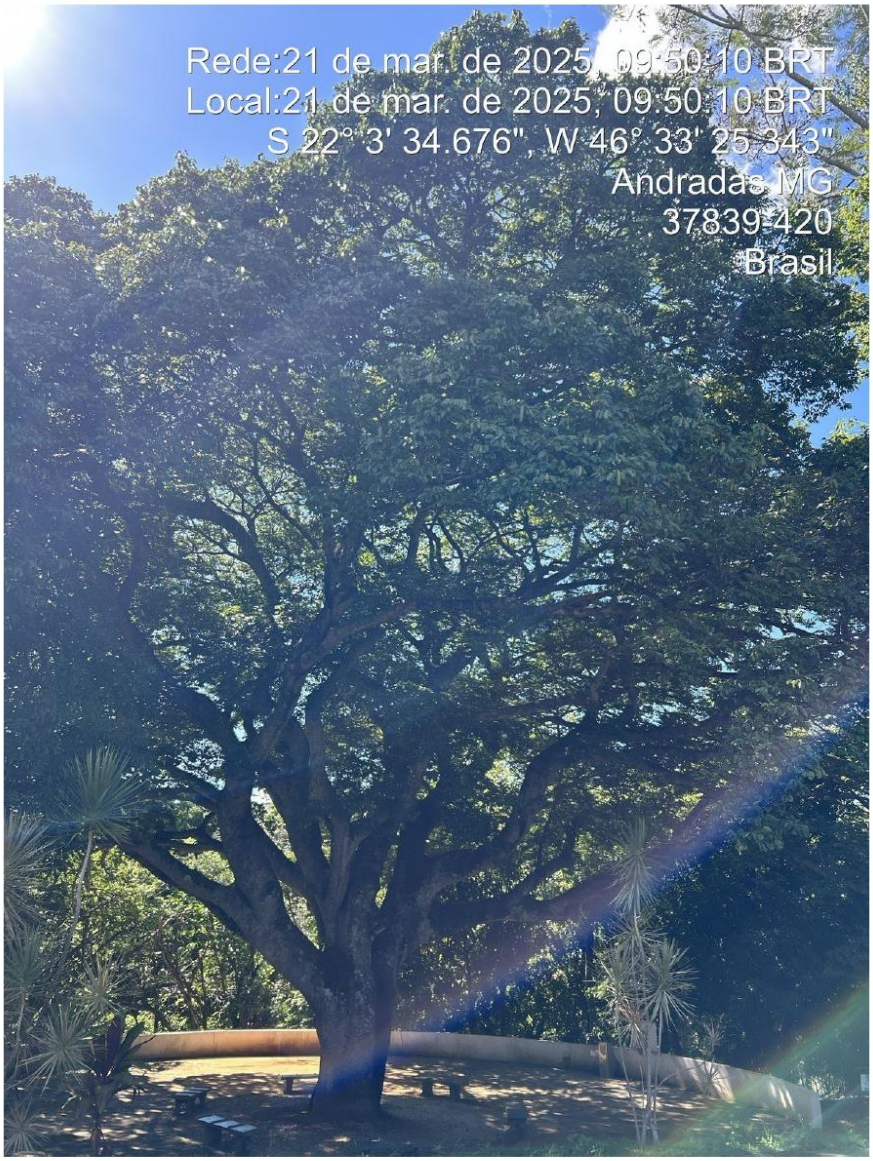
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



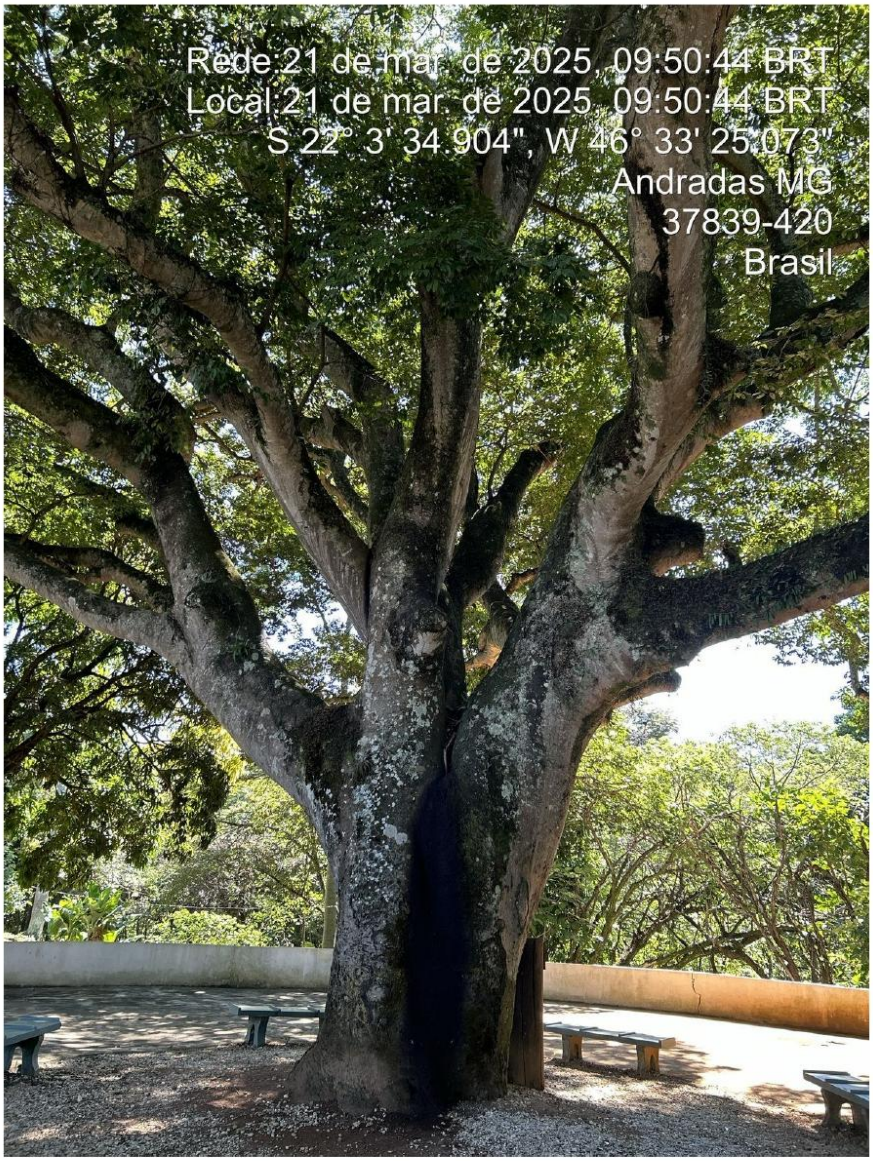
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



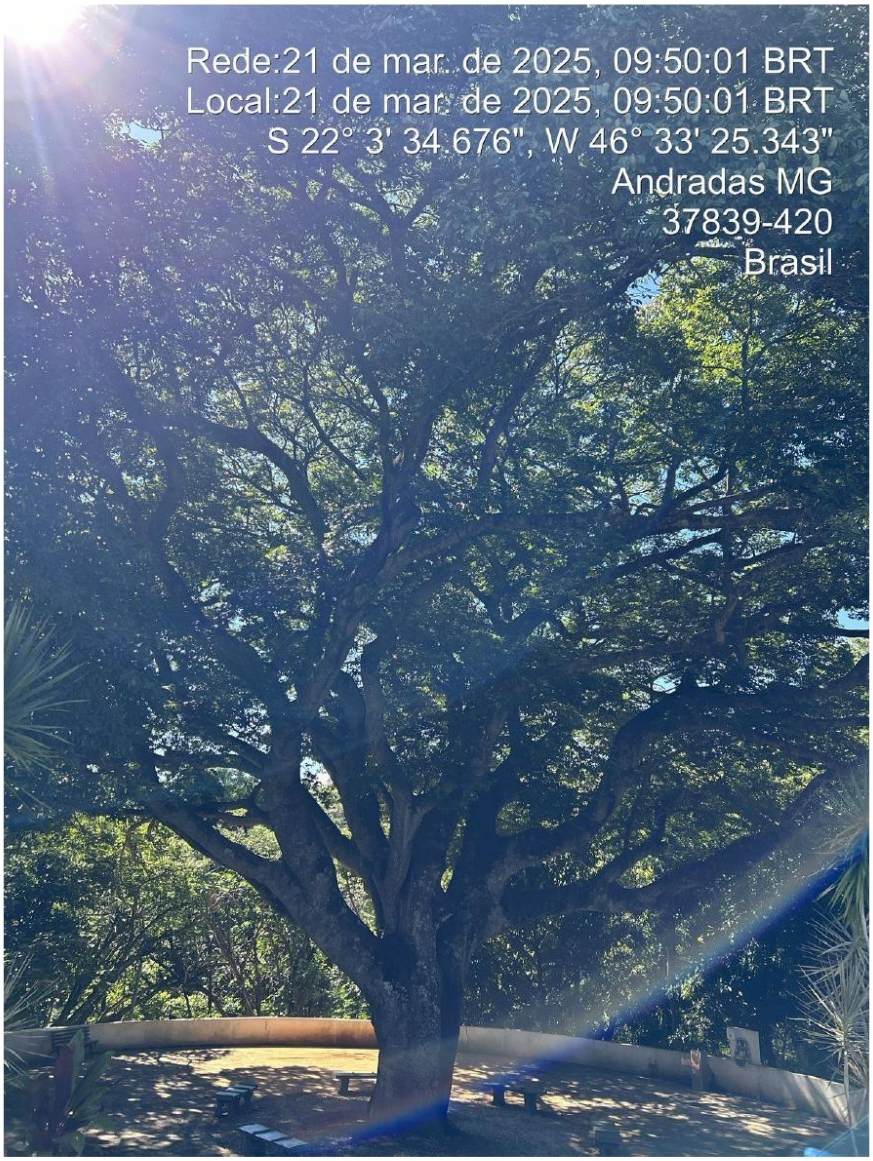
HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

HIDROFLORESTAL
AMBIENTAL



HIDROFLORESTAL ASSESSORIA AMBIENTAL. - CNPJ: 59.442.599/0001-66
RUA MAJOR BONIFÁCIO, Nº 518 - SALA 2, CENTRO, ANDRADAS-MG CEP 37795-000
TEL.: 35 - 99142 - 5311 / 35 - 99154-9249 / E-MAIL: NETOANGELINI@HOTMAIL.COM

3.1. Análise do Estado de Conservação

Pelo relatório fotográfico é possível notar que tanto o bem cultural quanto seu entorno imediato, o Parque Municipal de Andradas, encontram-se em bom estado de conservação. Como se trata de espécime arbóreo, o item foi descrito de forma técnica e disposto no item **"3. Descrição detalhada e análise do bem cultural: Laudo de Identificação e estado Fitossanitário de Espécime Arbóreo"**, de março de 2025. Responsável Técnico: Ângelo Angelini Neto.

4. Relação do bem com o entorno

O Parque Municipal de Andradas - Ricardo Sasseron -, é um amplo espaço público que integra lazer, esporte, cultura e contato direto com a natureza. Sua estrutura fez com que rapidamente tenha se tornado referência para os moradores e visitantes da cidade, consolidando-se como um espaço de convivência, saúde e bem-estar.



Imagem 27: Planta esquemática e ilustrativa do Parque Municipal Ricardo Sasseron. Fonte: Prefeitura Municipal de Andradas, mai/2025.

A disposição do parque revela um trato paisagístico que valoriza tanto a funcionalidade dos espaços quanto o ambiente natural. A entrada principal conduz os

visitantes por caminhos pavimentados que se espalham por todo o terreno em forma de “S”. Desde o início, é possível perceber a diversidade de usos do espaço: logo nos primeiros trechos há áreas de estacionamento para veículos e estruturas de apoio, como sanitários e espaços administrativos.

Avançando pelo parque, o visitante se depara com diferentes ambientes. À esquerda do acesso central estão localizadas as quadras esportivas, o campo de futebol e a pista de skate — concentrando as atividades voltadas ao esporte e ao dinamismo urbano. Em contraste, a porção leste do parque é tomada por vegetação mais densa, onde se encontra o tradicional jatobazeiro, árvore centenária que se destaca não apenas por seu porte, mas também por seu simbolismo. Reverenciado pela comunidade, o jatobazeiro é considerado um guardião da história natural de Andradas, além de oferecer sombra generosa e ser um ponto de encontro e contemplação.

A extensa pista de caminhada serpenteia por todo o parque, percorrendo cerca de 5km entre áreas abertas e trechos arborizados, proporcionando experiências variadas aos praticantes de atividades físicas. O traçado respeita o relevo e a vegetação, garantindo que a caminhada seja fluida e integrada ao ambiente natural.

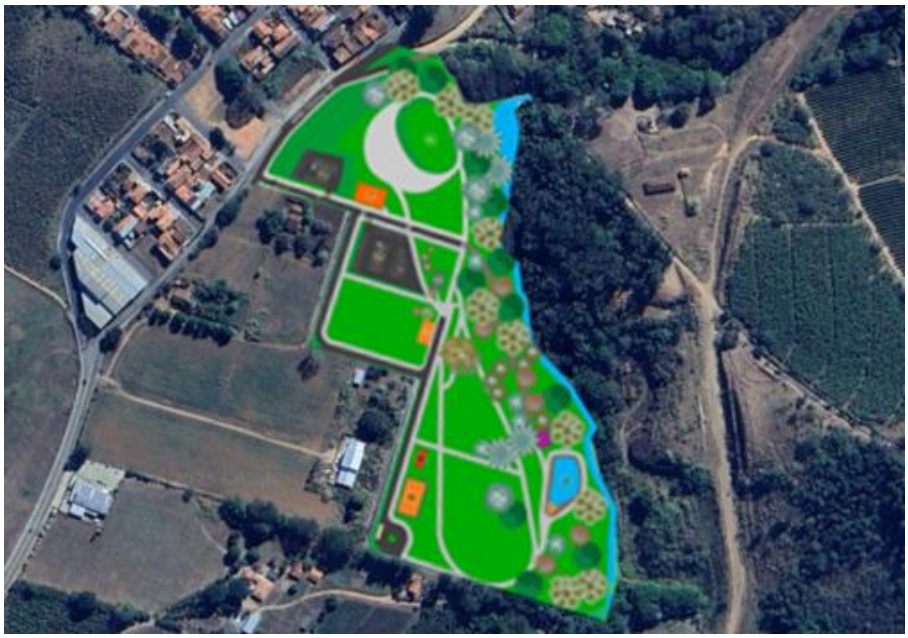


Imagem 28: Planta esquemática e ilustrativa do Parque Municipal de Andradas sobrepondo a imagem de satélite. Autor: Luís Sarto. Fonte: *Google Earth*, mai/2025.

Além de sua função recreativa, o parque também exerce um papel social e terapêutico. Diversas atividades educativas e de saúde mental são promovidas no local, como as visitas

organizadas pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que utilizam a ambiência do parque como recurso de cuidado e integração com a natureza.

O Parque é mais do que um espaço verde urbano: é um símbolo da valorização da vida comunitária, da preservação ambiental e da memória afetiva de Andradas. Com sua diversidade de usos e a presença marcante do jatobazeiro, o parque oferece uma experiência rica e acolhedora, conectando o presente da cidade ao seu passado e projetando um futuro mais sustentável e coletivo.

5. Descrição da delimitação dos perímetros de tombamento e de entorno ao Bem

5.1. Perímetro de Tombamento

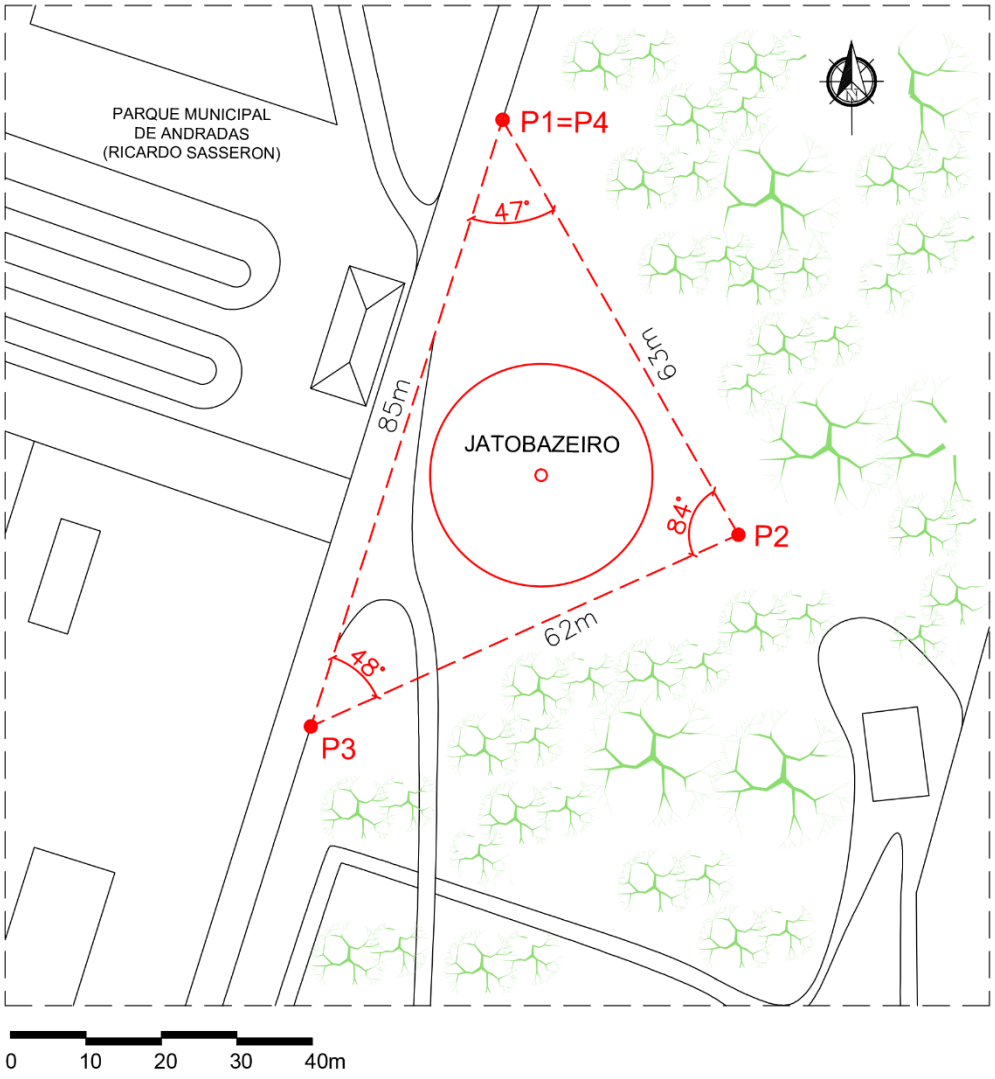
O perímetro de tombamento corresponde à área delimitada pelos pontos **P1=P4**, formando uma poligonal fechada. Essa delimitação se justifica por abranger integralmente o Jatobazeiro, incluindo toda a área ocupada pelo volume do espécime arbóreo, além de trechos de canteiros e o piso que compõe seu entorno imediato.

Considerando-se que se trata de uma área predominantemente natural, entende-se que todo o perímetro do Parque Municipal contribui para a compreensão e a visibilidade do bem cultural. No entanto, os demais espaços e estruturas do parque integram o Perímetro de Entorno, sendo o perímetro de tombamento restrito à área imediatamente adjacente à árvore.

A justificativa do tombamento corrobora essa delimitação, ressaltando a importância da ambiência na relação entre o bem cultural e seus aspectos morfológicos. Por essa razão, destaca-se a necessidade de preservar o enquadramento paisagístico característico do Parque Municipal Ricardo Sasseron. Esse enquadramento, por sua vez, foi definido pela poligonal que delimita o entorno do bem e será descrito no próximo tópico.

P1=P4 – (-22.05920; -46.55691) vértice formado pela interseção dos eixos na extremidade norte do Jatobazeiro, na via de acesso à área do parque. Forma ângulo de 47° e dá início ao perímetro de tombamento. Seguindo por uma reta de 63m até P2, passa pelo alinhamento lateral e contornando a árvore sentido horário. **P2** – (-22.05973; -46.55654) vértice formado pela interseção dos eixos na extremidade leste do bem cultural, forma ângulo de 84°. De P2, uma reta de 62m dá seguimento ao perímetro até P3, passando porção sul do bem. **P3**- (-22.06002; -46.55717), vértice que forma ângulo de 48°, segue contornando o

perímetro sentido horário. Uma reta de 85m liga P3 a P4, passando agora pelo alinhamento da via de acesso ao bem e fechando, com isso, a poligonal de tombamento. O perímetro formado é de 210m, totalizando uma área de 1.988m².



PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

Resp. Técnico

Luis Phillipe Sarto
Arquiteto Urbanista

Fonte: *Google Earth*, acesso em maio de 2025.

LUIS PHILLIPE GRANDE SARTO:09921143654

Assinado de forma digital por LUIS PHILLIPE GRANDE SARTO:09921143654
Dados: 2025.12.18 16:09:46 -03'00'

5.2. Perímetro de Entorno

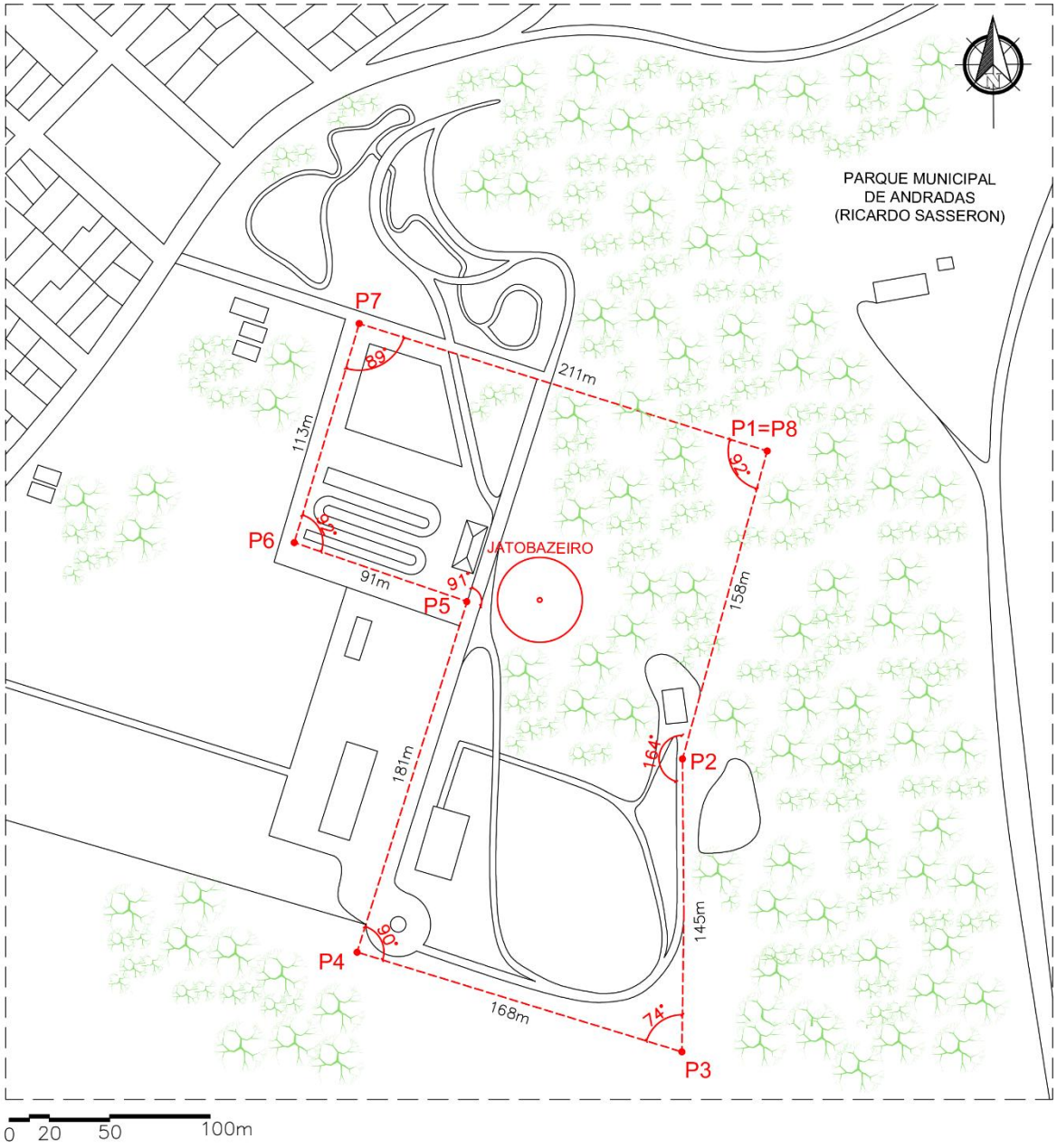
O perímetro de entorno ao bem cultural é delimitado por uma poligonal fechada, definida pelos pontos P1=P8 (sendo P1 coincidente a P8). Essa delimitação abrange não apenas parte da densa área verde situada a leste/nordeste do bem cultural, mas também estruturas e espaços arquitetônicos pertencentes ao Parque Municipal, como edifícios administrativos, sanitários e pistas de caminhada.

A escolha dessa poligonal, que compreende uma porção significativa do Parque, justifica-se pela necessidade de proteger a autenticidade do bem e sua relação com o ambiente natural e paisagístico. Ao incluir a árvore e sua envoltória imediata dentro desse perímetro, viabiliza-se um monitoramento mais eficaz, bem como um controle mais rigoroso sobre eventuais intervenções futuras, assegurando que estas respeitem e preservem as qualidades visuais e espaciais do local.

Esse cuidado com o entorno busca garantir a manutenção das relações espaciais e morfológicas entre o Jatobazeiro e o Parque Municipal, de forma a preservar a essência do bem cultural e sua integração com o ambiente para as gerações futuras. Ademais, o traçado proposto contribui para a valorização do ambiente natural, mantendo sua identidade e a história a ele associada, e evitando que intervenções descontextualizadas ou desarmoniosas comprometam sua integridade cultural e paisagística.

P1=P8– (-22.05842; -46.55771) vértice formado pela interseção dos eixos na extremidade nordeste do bem cultural, possui ângulo de 92° e dá início à poligonal de entorno. No sentido horário, segue para P2por uma reta de 158m, passando pela densa área verde presente no Parque. De **P2 –** (-22.05898; -46.55578), vértice com ângulo de 164°, segue para P3 por uma reta de 145m, sentido sul, ainda passando pela área de mata adensada. De **P3 –** (-22.06029; -46.55633), vértice com ângulo de 74°, segue para P4 por uma reta de 168m, sentido oeste. De **P4 –** (-22.06156; -46.55608), vértice com ângulo de 90°, segue para P5 por uma reta de 181m, ao norte, ainda sentido horário. De **P5 –** (-22.06114; -46.55770), vértice com ângulo de 91°, segue para P6 por uma reta de 91m, sentido oeste, passando perpendicular à edificação administrativa do Parque e seguindo o alinhamento da via. De **P6 –** (-22.05976; -46.55716), vértice com ângulo de 92°, segue para P7 por uma reta de 113m, sentido norte, ainda sentido horário e seguindo o alinhamento da via. Por fim, **P7** (-22.05950; -46.55810),

vértice de ângulo 89° segue para **P8=P1** por uma reta de 211m, sentido sudeste, seguindo o alinhamento da via de acesso ao Parque Municipal e fechando, com isso, a Poligonal de Entorno. O perímetro formado pela poligonal é de 1.067m, totalizando uma área de 49.780m².



PERÍMETRO DE ENTORNO

Resp. Técnico

Luis Phillipe Sarto
Arquiteto Urbanista

LUIS PHILLIPE GRANDE SARTO:09921143654

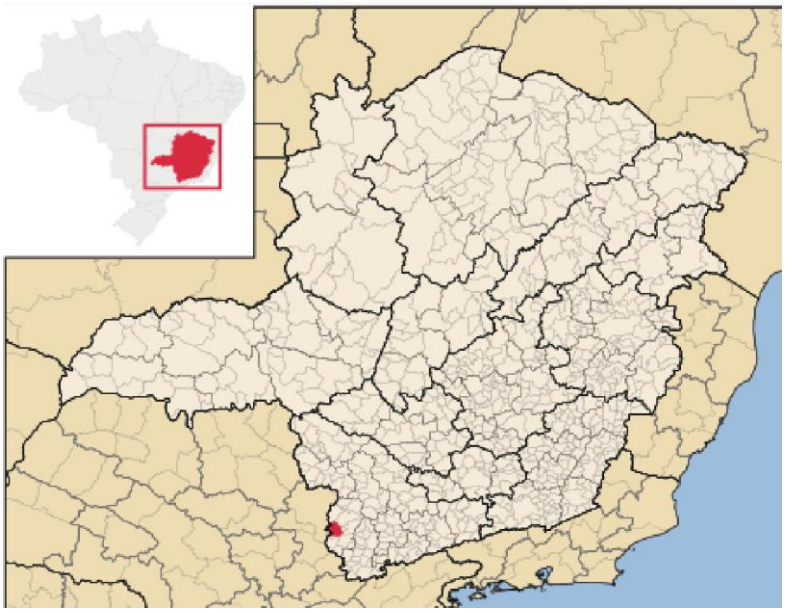
Assinado de forma digital por LUIS PHILLIPE GRANDE SARTO:09921143654
Dados: 2025.12.18 16:10:11 -03'00'

Fonte: *Google Earth*, acesso em maio de 2025.

6. Documentação Cartográfica



Mapa: localização de Andradas no Brasil.



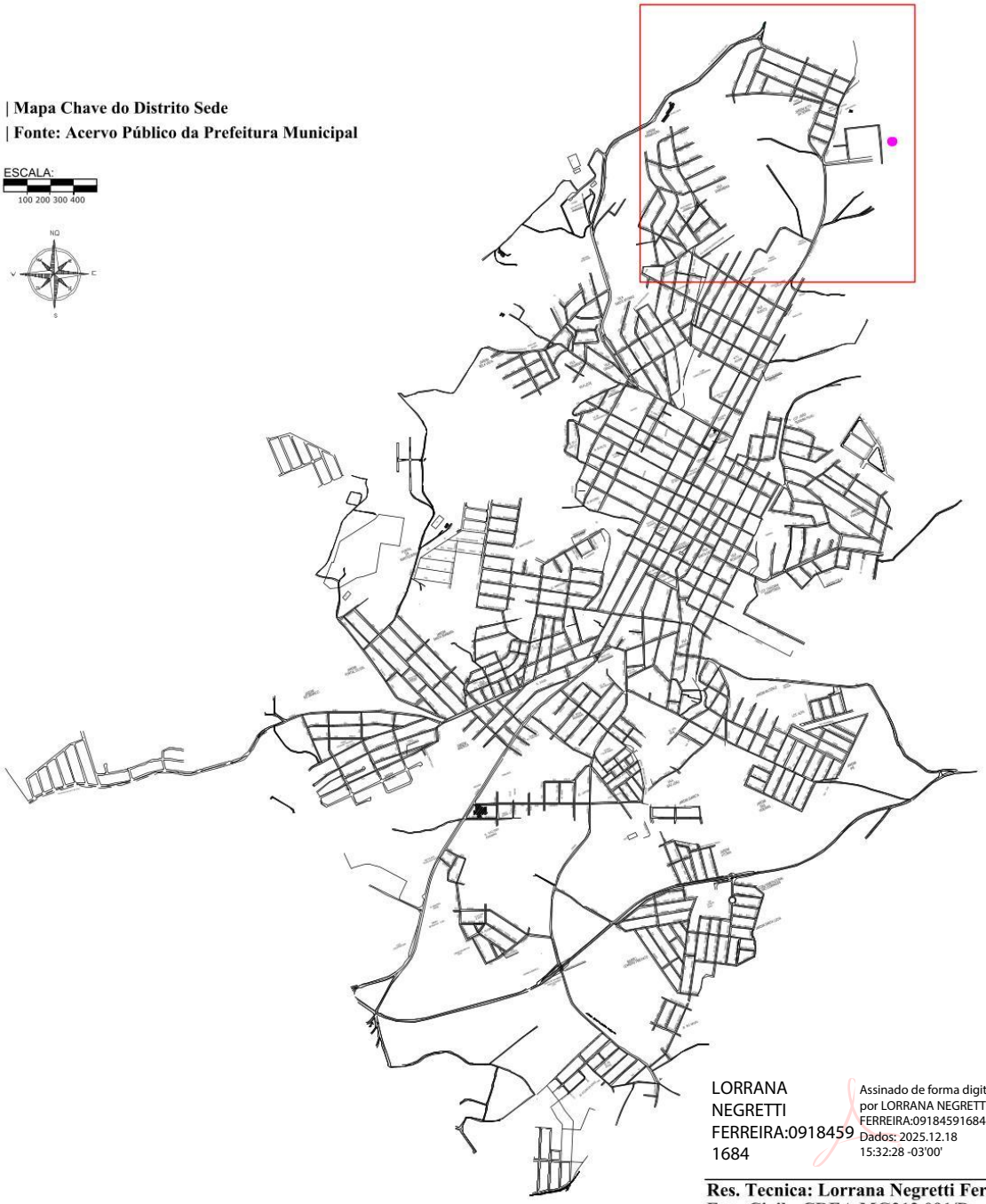
Mapa: localização de Andradas em Minas Gerais.

LEGENDA:
Bem Tombado
Jatobazeiro do Parque Municipal

MUNICIPIO DE ANDRADAS

| Mapa Chave do Distrito Sede
| Fonte: Acervo Público da Prefeitura Municipal

ESCALA:
100 200 300 400



LORRANA NEGRETTI FERREIRA:09184591684

Assinado de forma digital por LORRANA NEGRETTI FERREIRA:09184591684
Dados: 2025.12.18 15:32:28 -03'00'

Res. Tecnica: Lorrana Negretti Ferreira
Eng. Civil - CREA MG212.091/D

LEGENDA:
Bem Tombado
Jatobazeiro do Parque Municipal

MUNICIPIO DE ANDRADAS



| Mapa Chave do Distrito Sede
| Fonte: Acervo Público da Prefeitura Municipal

LORRANA NEGRETTI FERREIRA:09184591684

Assinado de forma digital por LORRANA NEGRETTI FERREIRA:09184591684
Dados: 2025.12.18 15:32:46 -03'00'

Res. Tecnica: Lorrana Negretti Ferreira
Eng. Civil - CREA MG212.091/D

7. Documentação Fotográfica



Imagem 29: Pórtico de entrada do Parque Municipal de Andradas – Ricardo Sasseron.Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 30: Área de estacionamento para veículos que compõe a estrutura interna do Parque Municipal de Andradas. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 31: Vias internas do Parque Municipal de Andradas. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 32: Área de estacionamento para veículos que compõe a estrutura interna do Parque Municipal de Andradas. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 33: Quadras poliesportivas presentes no Parque Municipal de Andradas, com destaque para a paisagem predominantemente natural. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 34: Áreas para prática de esportes como bicicross compõem o Parque Municipal de Andradas, com destaque para a paisagem predominantemente natural ao redor. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 35: Espaços para recreação infantil e a vegetação do entorno. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 36: Perspectiva interna do Parque mostra estruturas arquitetônicas. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 37: Perspectiva interna do Parque mostra estruturas arquitetônicas. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 38: Perspectiva interna do Parque mostra estruturas arquitetônicas (espaço administrativo e instalações sanitárias). Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 39: Placa indicativa esquemática apresentando todas as dependências da área. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 40: Perspectiva das vias internas, canteiros e monumento indicativo. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 41: Pormenor de placa indicativa no interior do Parque Municipal de Andradas. Autor: Luís Sarto; set/25.


Imagem 42: Perspectiva das vias internas, canteiros e vegetação característica do local. Autor: Luís Sarto; set/25.


Imagem 43: Vista do entorno imediato ao Jatobazeiro, áreas de estar e contemplação. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 44: Vista do entorno imediato ao Jatobazeiro, áreas de estar e contemplação. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 45: Vista do entorno imediato ao Jatobazeiro, áreas de estar e contemplação. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 46: Equipamentos presentes no local (bebedouro). Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 47: Equipamentos presentes no local (bebedouro). Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 48: Equipamentos presentes no local (banco de concreto). Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 49: Pormenor de instalação elétrica realizada no entorno imediato ao Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 50: Perspectiva geral do bem cultural - Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 51: Perspectiva geral do bem cultural - Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 52: Perspectiva geral do bem cultural - Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 53: Perspectiva geral do bem cultural - Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 54: Perspectiva geral do bem cultural - Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 55: Perspectiva geral do bem cultural - Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 56: Perspectiva mostrando a densa copa do Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 57: Perspectiva mostrando a densa copa do Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 58: Perspectiva mostrando a densa copa do Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 59: Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 60: Pormenor de atos de vandalismo identificados no Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.



Imagem 61: Pormenor de atos de vandalismo identificados no Jatobazeiro. Autor: Luís Sarto; set/25.

7. Diretrizes Intervenção no Bem Tombado e no Entorno

7.1. Diretrizes Gerais

Como existe o imperativo legal de se estabelecer diretrizes para intervenção em bens tombados, dado o interesse de sua preservação, um primeiro fator a considerar consiste em respeitar todos os seus aspectos morfológicos e adotar procedimentos de acordo com as exigências nacionais e internacionais de preservação.

7.1.1. Qualquer intervenção ou manutenção periódica neste bem deverá ser previamente aprovada pelos órgãos de preservação, Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas (COMPAC);

7.1.2. O bem cultural deve ser respeitado em sua totalidade. Qualquer que seja o projeto de intervenção e/ou restauração no perímetro de tombamento, exige que o mesmo deverá ser analisado e aprovado, previamente, pelo órgão competente. Além disso, é essencial a participação de técnicos especializados na elaboração e execução de tais projetos;

7.1.3. Qualquer ambiguidade ou contradição existente na aplicação da legislação municipal e/ou diretrizes de intervenção no bem tombado e seu entorno, será decidida soberanamente pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas (COMPAC);

7.1.4. Toda e qualquer intervenção deverá ser documentada através de memorial descritivo e, durante, de relatórios textuais e fotográficos, como um documento da memória da intervenção;

7.1.5. Deverão ser consultados especialistas e os órgãos responsáveis pelo patrimônio, para buscar orientação sobre projetos, autorizações, acompanhamento e fiscalização antes de iniciar qualquer intervenção;

7.1.6. Sugere-se a inclusão do bem nos projetos de educação patrimonial desenvolvidos com a comunidade local com o intuito de sensibilizá-la para a importância da preservação do patrimônio cultural local;

7.1.7. Aqui, entende-se por "ambiência", o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. (Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida

Contemporânea, resultante da Conferência Geral da Unesco de 1976, Nairóbi); (MOTTA, 2010).

7.1.8. Destaca-se que estas normas são passíveis de revisão periódica visando à adequação e atualização do município, desde que sejam previamente analisadas e aprovadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas (COMPAC).

7.2. Diretrizes de Proteção no Perímetro de Tombamento

7.2.1. Não será permitida, em hipótese alguma, a descaracterização do bem cultural tombado. Toda e qualquer intervenção no perímetro de tombamento delimitado, deverá visar direta e exclusivamente à conservação, valorização e salvaguarda do bem cultural, no sentido de manter ou restabelecer sua integridade física;

7.2.2. Na área tombada do Jatobazeiro do Parque Municipal, serão permitidas apenas intervenções criteriosas, sejam em termos arquitetônicos, paisagísticos ou artísticos, planejadas e realizadas por profissionais capacitados. Caberá ao Conselho de Patrimônio do Município avaliar, aprovar e orientar as intervenções que se julgarem necessárias, desde que estejam em harmonia com o bem cultural tombado e em coerência com as diretrizes aqui propostas;

7.2.3. A degradação do espécime arbóreo e seu entorno imediato poderá ter origem física, química e biológica, as quais poderão estar associadas às condições ambientais existentes ou à ação humana. Por este motivo, destaca-se a importância de vistorias e manutenção periódica do local;

7.2.4. Deverá ser realizada a avaliação periódica do estado de conservação das estruturas e partes compositivas presentes no perímetro de tombamento, objetivando o diagnóstico preciso de suas condições. O levantamento deverá ser detalhado e considerar, além dos aspectos naturais, as condições de estabilidade dos canteiros, muretas e passeios;

7.2.5. Para a manutenção e conservação dos elementos naturais presentes no perímetro de tombamento, indica-se a limpeza diária, a capina dos canteiros, a substituição periódica de mudas e/ou forração quando necessário, a irrigação frequente das espécies vegetais, além de podas e adubação das mesmas. Recomenda-se

periodicamente a limpeza de bueiros e de valas secas ou molhadas, fundamentais para garantir o bom escoamento das águas, principalmente em épocas de chuvas fortes. Demais intervenções devem ser fundamentadas em critérios técnico-científicos mediante projeto previamente elaborado por profissional competente e devem ser submetidos à apreciação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas (COMPAC);

7.2.6. Os canteiros presentes no perímetro de tombamento deverão receber tratamento paisagístico e manutenção das forrações, visando valorização do local, além de cuidados periódicos de jardinagem, mantendo a altura média da vegetação para que não prejudique as visadas e a ambiência do bem cultural: o jatobazeiro;

7.2.7. Realizar manutenção e conservação permanente dos equipamentos presentes no perímetro, tais como: bancos, lixeiras, bebedouros e postes de iluminação, mantendo sempre a padronização dos mesmos e seu perfeito funcionamento;

7.2.8. Para o espécime arbóreo tombado, fica vetado qualquer tipo de avaria mecânica, como perfurações, afixações de pregos metálicos, fiações, utensílios perfurantes e demais equipamentos de potencial risco e dano. Além disso, faz-se necessário preservar a área permeável ao seu redor;

7.2.9. Não será permitida a colocação de engenhos publicitários ou outros elementos de publicidade de qualquer espécie, exceto àqueles de simples indicação e sinalização do bem cultural, cuja aprovação deve ser submetida ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas (COMPAC);

7.2.10. O ambiente natural em que o jatobazeiro se encontra mostra-se como local propício para a aplicação de metodologias em educação ambiental e patrimonial. Medidas simples como a confecção de placas educativas podem gerar resultados rápidos, orientando e ampliando as noções de preservação ambiental da população. Para chamar a atenção dos visitantes, estas placas devem conter informações acerca da condição da espécie quanto à ameaça de extinção, o nome científico e popular da espécie, a distribuição geográfica, o tipo de hábitat onde a espécie ocorre, entre outras.

As placas devem ser padronizadas e não agredir a ambiência característica do local. Nesse sentido a instalação destas placas deve ser submetida à aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas (COMPAC);

7.2.11. Em caso de identificação de pragas ou infestações nos locais, não utilizar fungicidas ou pesticidas para combater as pragas, pois são nocivos à saúde e também podem causar danos ao ambiente natural, por isso contratar profissionais especializados para providenciar a desinfestação;

7.2.12. O conhecimento público dos atributos naturais deste bem cultural deverá ser incentivado por meio de guias, folhetos e outros recursos indiretos;

7.2.13. Fica vedada a coleta ou corte de exemplares, de frutos, sementes, raízes ou outros produtos da flora sem autorização prévia do órgão competente, bem como, destruir, danificar, lesar ou maltratar a vegetação presente no perímetro de tombamento;

7.2.14. Não serão permitidos em hipótese alguma eventos que provoquem, potencialmente, impactos ambientais ou sobre o bem cultural tombado, que alterem seu aspecto físico, condições de visibilidade ou da ambiência ou de seu entorno imediato.

7.3. Diretrizes de intervenção no Perímetro de Entorno

7.3.1. A ambiência do local, definida pelos elementos arquitetônicos e sua relação com a paisagem natural ao redor, deve ser preservada. Assim, fica estabelecido que, para garantir a preservação das características cênico-naturais do bem, são proibidas quaisquer novas construções ou instalações de estruturas e equipamentos que possam comprometer a identidade ambiental e visual da área;

7.3.2. No caso da proposta de equipamentos de iluminação, seja para valorização do bem cultural, seja por questões de sinalização de segurança do Parque Municipal de Andradas, um estudo do impacto de tais mecanismos devem ser feito por profissionais da área, de forma que haja o menor impacto possível, visando à valorização do bem cultural;

7.3.3. Manter rotinas de manutenção periódica nos elementos de cercamento do perímetro, como cercas e alambrados, além do controle da vegetação nas áreas ajardinadas, que devem receber podas frequentes e tratamento paisagístico;

7.3.4. No Parque Municipal de Andradas, deve-se regular qualquer forma de publicidade, seja na forma de placas, faixas ou demais meios de publicação, de forma que os elementos não bloqueiem ou interfiram na visibilidade do bem. Será permitida apenas a implantação de sinalização turística adequada para o referido bem cultural;

7.3.5. Fica vedado qualquer tipo de descarte de entulhos, lixos e afins;

7.3.6. Promover a conservação das nascentes e cursos d’água que eventualmente estiverem presentes no perímetro de entorno, bem como das matas ciliares, além de promover o estímulo ao reflorestamento das áreas de com espécimes vegetais nativas do bioma característico da região;

7.3.7. Inspecionar constantemente as áreas de risco para verificação de focos de incêndio, bem como fiscalizar o uso da água e atividades de extrativismo vegetal.

8. Motivações e justificativa para o Tombamento

O tombamento do Jatobazeiro localizado no Parque Municipal Ricardo Sasseron, em Andradas (MG), se justifica por seu notável valor histórico, cultural, paisagístico, social e ambiental para o município e sua população.

Trata-se de um exemplar da espécie *Hymenaea courbaril L.*, popularmente conhecida como jatobá, com provável plantio datado da década de 1940, vinculado à implantação da antiga Estação de Enologia de Andradas. Presente em registros fotográficos desde 1955, a árvore é um dos últimos remanescentes vivos da memória material da Estação, símbolo do desenvolvimento agrícola e científico da cidade no século XX.

Com altura estimada entre 15 e 20 metros e copa ampla, o jatobazeiro se destaca na paisagem urbana como elemento natural de forte presença cênica. Sua sombra abriga encontros intergeracionais, aulas de ioga, piqueniques, festas e eventos diversos. Essa apropriação cotidiana reforça o papel da árvore como espaço afetivo e simbólico, reconhecido espontaneamente pela população como "Espaço de Convivência".

A árvore também está diretamente ligada à construção de uma identidade local. Sua imagem passou a figurar em materiais educativos, itens promocionais e ações culturais desenvolvidas por instituições públicas, como o Arquivo Municipal Samuel Biajoni. Destacam-se ainda o conto infantil *A Vó, o Vô e o Jatobá!* e as visitas guiadas organizadas para fins pedagógicos e terapêuticos, como as promovidas junto ao CAPS de Andradas.

Do ponto de vista ecológico, o jatobazeiro representa uma importante espécie nativa, pertencente à flora brasileira. Suas propriedades medicinais e alimentares são reconhecidas por saberes tradicionais e populares, reafirmando a importância do saber ancestral na construção de práticas sustentáveis e na valorização da biodiversidade local.

Além de seu valor ambiental e histórico, a árvore guarda dimensões simbólicas ligadas à memória coletiva, como demonstra a homenagem ao servidor público Omarzinho, formalizada por decreto municipal e eternizada em placa instalada em frente ao jatobá.

Considerando sua longevidade, relevância cultural, inserção no contexto do Parque Municipal e forte vínculo com a comunidade andradense, o Jatobazeiro é um bem patrimonial de caráter singular, cuja preservação deve ser assegurada por meio de seu tombamento, garantindo a manutenção de suas múltiplas dimensões de valor para as presentes e futuras gerações.

9. Referências bibliográficas

Agência Municipal de Estatística - **Dados econômicos, sociais, físicos e geográficos**. Ano de 1946. Acervo do Museu Municipal João Moreira da Silva.

Analyses dos Vinhos Mineiros. **Concurso Agrícola de 1895**. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ouro Preto, 1896,

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada ao Congresso Mineiro em 1928.** Belo Horizonte. Imprensa Oficial.

Andradas em Revista. Organizada por Constante Campos. Andradas, 1955. Acervo do Museu Municipal João Moreira da Silva.

ANDRADAS, **Decreto nº 182, de 8 de junho de 2000**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/a/andradas/decreto/2000/19/182/decreto-n-182-2000-institui-a-area-de-lazer-omar-de-oliveira-torres-omarzinho-localizada-no-proprio-denominado-campo-aberto. Acesso em 24 de mar. de 2025.

ANDRADAS, **Decreto nº 2.026, de 14 de junho de 2019**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/a/andradas/decreto/2019/203/2026/decreto-n-2026-2019-regulamenta-o-uso-do-parque-municipal-ricardo-sasseron-e-da-outras-providencias. Acesso em 24 de mar. de 2025.

ANDRADAS, **Decreto nº 217, de 2 de janeiro de 2001**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/a/andradas/decreto/2001/21/217/decreto-n-217-2001-dispoe-sobre-a-utilizacao-da-area-de-lazer-omar-de-oliveira-torres-localizada-no-proprio-denominado-campo-aberto. Acesso em 24 de mar. de 2025.

ANDRADAS. **Dossiê de Tombamento:** Estação de Enologia de Andradas – Campo Experimental. Andradas, 2020.

Annuario Estatístico de Minas Gerais, anno de 1921. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1922. Disponível em memoriaestatistica.gov.

Anuário Estatistico de Minas Gerais. Brasil- Departamento Estadual de Estatistica de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. Ano VI, 1952. P.169.

Anuário Industrial de Minas Gerais. Ano de 1937. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1939. p. 43-44. Disponível em memoriaestatistica.gov.

Arquivo Público Mineiro. Chorographia Mineira (município de Caracol).Imprensa oficial de Minas Gerais. Bello Horizonte, 1900.

Arrolamento de Angela Moretti Stivanin, do dia 05 de março de 1944. **Cartório de 01º Oficio da Comarca de Andradas**. Folhas 7V-8.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 826, de 28 de outubro de 1938**. Modifica a lei n. 549, de 20 de outubro de 1937. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, v. 4, p. 75, 1939.

BRASIL. **Lei n. 549, de 20 de outubro de 1937**. Dispõe sobre a fiscalização da produção, circulação e distribuição de vinhos e derivados e criação do respectivo serviço. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, v. 3, p. 224, 1938.

CABRAL, Carlos. **Presença do Vinho no Brasil**: um pouco de história. São Paulo: Editora da Cultura, 2004

CAMPOS, Sebastião Roberto de. **Andradas e sua trajetória luminosa**. Andradas: Caseli& Ribeiro Gráfica e Editora Ltda, 1996.

CASALECCHI, José Ênio. Arrolamento das fontes históricas do município de Andradas (Estado de Minas Gerais). **Revista de história**, v. 42, n. 85, 1977. p. 227-240,

COSTA, EmiliaViotti da. O escravo na grande lavoura. In **O Brasil Monárquico**, tomo II: Reações e transações / por Francisco Iglésias... [et al.]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 16ª Ed.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

INGLEZ DE SOUSA, JulioSeabra (Coord.). **Uvas para o Brasil**. Piracicaba: FEALQ, 1996.

JACOOB, Rodholfo. **Minas Gerais no XX° Século**. Gomes, Irmão & C. Rio de Janeiro, 1911.

Jornal "A Defeza". Anno I- nº 32. Caracol, 01 de janeiro de 1918. . Acervo da Casa da Memória de Andradas.

Jornal Correio de Poços. Número 90, 26 de junho de 1891. Acessado em memória.bn

Jornal Correio do Sul. Varginha, 29 de junho de 1978. Acessado em memória.bn

Jornal do Brasil. Sexta-feira, 30 de outubro de 1953.p. 06. Acessado em memória.bn

Jornal Gazeta de Andradas, de 05 de julho de 1929. Acervo da Casa da Memória de Andradas.

Jornal La Nácion. Buenos Aires (ARG), 03 de julho de 1991.

Jornal Semanário Andradense. Andradas, 19 de julho de 1959. p. 04

Jornal Semanário Andradense.Anno 01- nº3. Andradas,14 de abril de 1957. p. 01. . Acervo da Casa da Memória de Andradas.

KALIL, Thalassa. **O vinho em Andradas (MG):** sabor, paisagem, lugar, memória e perspectivas na percepção dos produtores/Wine in Andradas (MG): flavor, landscape, place, memoryand prospects in the perception of the producers. Geograficidade, 2016, 6.2: 50-70. 2012.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **Fazer a América:** a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp,1999.

Lei n. 348 de 20 de setembro de 1848. Minas gerais. Assembleia Legislativa Provincial. Ouro Preto. Tipografia social. 1848. Microfilme: leis mineiras rolo 01-flash 14; PAPEL.

MARQUES, Nilza Alves de Pontes Marques. **Os Estrangeiros na Construção de Andradas.** Andradas: Caseli & Ribeiro Gráficae Editora LTDA. 1995.

MEDRADO, Alcides (Editor). **Ouro Preto**: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, n. 4, 15 de janeiro de 1894.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, v. 30, 1986.

_____. Estado e Sociedade, a consolidação da república oligárquica. Linhares, Maria Yedda**. "História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus (1990).p, 322.

MOTTA; Lia. **Entorno de bens tombados** / [Pesquisa e texto de Lia Motta e Analucia Thompson] – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010(Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4).

OBERACKER JR., Carlos H. A Colonização baseada no regime de pequena propriedade. in **O Brasil Monárquico**, tomo II: Reações e transações / por Francisco Iglésias. [et al.]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

OLIVEIRA, Orlandina de y ROBERTS , Bryan " Las estructuras agrarias de América Latina, 1930- 1990,. p. 216 – 267. in BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade Vol. 6. EdUSP, 2005.

PASTRE, Rafael. **Evolução Sócio-econômica de Andradas-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Economia, Unicamp, 2012.

PEREIRA, Fábio. Honra ao Mérito. **Jornal "a Defeza**".Anno I- nº 7- Caracol, 22 de julho de 1917. Acervo da Casa da Memória de Andradas.

PETRONE, Tereza Schorer. Imigração assalariada. In **O Brasil Monárquico**, tomo II: Reações e transações / por Francisco Iglésias... [et al.]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RODRIGUES BOTELHO, Tarcísio; PORTO BRAGA, Mariângela; VIEGAS DE ANDRADE, Cristiana. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, 2007.

ROMERO, Lia Alejnadra Borcosqueet al. **A vitivinicultura no estado de São Paulo (1880-1950)**. Tese de Doutorado. São Paulo, 2004.

ROVARON, Carlos Eduardo. **O xadrez imobiliário:** as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (tese de doutorado).

_____. **Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas-MG (Séc. XVIII-XX).** 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SAES. Guilherme Azevedo Marques de. O Nacionalismo Econômico e o Desenvolvimentismo do Tenente Juarez Távora (1930-1934). **II Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica**. Brasília, 23 e 24 de setembro de 2010. p.12.

SILVA, João Moreira. **Caminhando de Samambaia a Andradas**. Andradas: Pontes, 1996. (Obra póstuma).

TONINI, H.; ARCO-VERDE, M.F. **O Jatobá (Hymenaea courbaril L.)**; crescimento, potencialidades e usos. Boa Vista: Embrapa Roraima, 2003.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. Acervo da Casa da Memória de Andradas.

Acervos

Acervo da Prefeitura de Andradas, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agrário, Turismo e Cultura

Acervo do Arquivo Público Municipal “Sr. Samuel Biajoni”

Fontes orais

Conversa realizada com **Márcia Maria Melo Magalhães Manzoli**, em março de 2025, concedida a Renê Brando Filho.

Entrevista realizada com **Guilherme Oliveira Maia**, em setembro de 2024, concedida a Jaíne Diniz Corrêa.

Entrevista realizada com **Renê Brando Filho**, em março de 2025, concedida a Jaíne Diniz Corrêa.

Outras fontes

Destacamos a contribuição de membros do Conselho de Patrimônio Cultural de Andradas (COMPAC), que auxiliaram no levantamento de informações e que revisaram e fizeram importantes contribuições para o texto final.

10. Notificação do tombamento

CoMPaC
conselho municipal do patrimônio cultural

Praça Coronel Antonio Augusto de Oliveira, s/nº, Centro, telefone (35) 3739-2550
Lei Ordinária Municipal nº 1429, de 17 de fevereiro de 2006

Andradas, MG, 26 de novembro de 2025.

AO
MUNICÍPIO DE ANDRADAS/MG
Exmo. Sra.
Prefeita Municipal
NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO DEFINITIVO

PROTOCOLIZADO
Sob n.º 015154/25
27 NOV 2025
ENCARREGADO

Excelentíssima Senhora Prefeita

O **CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ANDRADAS – MG**, representado por sua Presidente *Akauana Domiciano Oliveira Lima*, vem através desta, respeitosamente **COMUNICAR** Vossa Excelência, sobre a **APROVAÇÃO DO TOMBAMENTO DEFINITIVO DO "JATOBAZEIRO DO PARQUE MUNICIPAL, NA CATEGORIA BEM IMÓVEL (BI)**, localizado no Parque Municipal Ricardo Sasseron, conforme decisão tomada em sua 136ª (Centésima trigésima sexta) reunião de 2025, no dia 25 de novembro de 2025.

Nos termos do art. 21 da Lei nº 1429/2006, requer que Vossa Excelência se digne a publicar o decreto de homologação do presente tombamento, ao qual deverá ser dada a devida publicidade, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, determinando-se, por despacho, a inscrição no Livro do Tombo.

Nestes termos, junta-se este.

Notifique-se.

Akauana Domiciano Oliveira Lima
Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas

11. Cópia da ata da reunião do conselho do patrimônio aprovando o tombamento

151

Ata da 136ª (centésima trigésima sexta) reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas (COMPAC), em caráter extraordinário, realizada no dia 25 de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 17h (dezesete horas), no Teatro Municipal localizado a Praça Antonio Augusto de Oliveira, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas, legalmente instituídos pela Lei n. 1.429, de 2006: Akauana Domiciano Oliveira Lima- presidente – 1º Membro Titular da Administração Pública, Zaíra Belloto Felisberto dos Reis (Vice-Presidente – Membro Titular do 2º Membro da Sociedade Civil), João Carlos Expedito de Souza- 1º representante da Câmara Municipal, Juliana Bensi Moriconi (Membro Titular da ASSEA), Sandra de Cássia Lopes- 2º membro titular da Administração pública, Esveraldo Rufino- Membro Titular dos Representantes da Imprensa Local, Maria de Fátima Carvalho, membro titular representante da igreja Católica. Havendo a existência de quórum, foi dado início aos trabalhos da reunião do COMPAC, secretariada pela senhora Juliana Bensi Mariconi, presidida pela senhora Akauana Domiciano Oliveira Lima- Presidente; tendo como ordem do dia as seguintes pautas: I.Abertura da reunião; II. Comunicações da Presidente; III. Tombamentos, registros e inventário municipais 2025, 3.1. Aprovação do tombamento definitivo do Jatobazeiro, 3.2. Tombamento provisório do arquivo público municipal, 3.3 Registro da Festa de São Benedito, 3.4. Aprovação da execução do inventário; IV. Assuntos Gerais, IV. I. Ofício 040/2025: empreendimento Serra do Pau D'alho, IV.II Ofício 041/2025- Manifestação técnica COMPAC Projeto Caldeira. V. Encerramento. Iniciou-se a **Discussão e deliberação sobre o processo de tombamento definitivo do bem cultural "Jatobazeiro do Parque Municipal" – localizado no Parque Municipal Ricardo Sasseron;** A Presidente relembrou o andamento do processo e destacou que o bem já estava tombado provisoriamente, tendo ocorrido a anuência do Munícipio de Andradas, proprietário do bem. Após discussão, aprovou-se a justificativa para o tombamento, os perímetros de tombamento e de entorno do tombamento, as diretrizes de proteção específicas, conforme disposto no dossiê técnico elaborado pela consultoria AME Cultura, que passa a ser parte integrante da presente ata, dispensando-se a transcrição. Após discussão, os conselheiros, por unanimidade, decidiram pelo tombamento definitivo do bem cultural "Jatobazeiro do Parque Municipal", na categoria Bem Imóvel (BI), a ser inscrito no Livro do Tombo Histórico, nos termos do art. 23 da Lei Municipal nº 1429/2006. A Presidente então informou que seria comunicado a Prefeita Municipal acerca da presente decisão, requerendo a publicação de decreto de homologação do tombamento definitivo, para posterior inscrição no Livro do Tombo.

Dando sequência a Presidente colocou em discussão e deliberação o registro do bem cultural "Festa de São Benedito". O dossiê técnico produzido pela empresa AME Cultura foi apresentado e avaliado pelos conselheiros. Os conselheiros destacaram a participação ativa dos detentores em todo o processo de registro, desde sua proposição, elaboração do Plano de Salvaguarda e apresentando declarações de anuências expressas, que compõem o dossiê. Após discussão, os conselheiros aprovaram o Registro do bem cultural "Festa de São Benedito", na categoria Celebrações, a ser inscrito no Livro de Registro das Celebrações. A Presidente informou que, nos termos do art. 12, § 1º Lei Municipal nº 1.429/2006, a decisão seria comunicada à Prefeita Municipal para homologação e posterior inscrição no Livro de Registro respectivo, nos termos dos arts. 10, II e 13 da Lei Municipal nº 1.429/2006, dando-se o título de Patrimônio Cultural de Andradas. Próximo assinto da pauta **Discussão e deliberação sobre o processo de tombamento provisório do bem cultural "Arquivo Público Municipal Samuel Biajoni" – localizado no Parque Municipal Ricardo Sasseron;** o dossiê elaborado pela empresa AME Cultura foi apresentado contendo a caracterização do bem cultural, com histórico do bem cultural; a descrição detalhada do bem cultural; a análise do estado de conservação, com levantamento fotográfico; descrição do ambiente de guarda; diretrizes de conservação e restauração; a

justificativa para o tombamento; a documentação cartográfica; ficha técnica; e referências bibliográficas. Colocada em discussão, os conselheiros aprovaram a justificativa para o tombamento, bem como as diretrizes de conservação e restauração, conforme disposto no dossiê, ao qual esta ata se remete, dispensando sua transcrição. Em seguida, a Presidente colocou em discussão e deliberação a aprovação do tombamento provisório do bem cultural "Arquivo Público Municipal Samuel Biajoni", na categoria Bem Móvel (BM), tendo sido aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Ato contínuo os conselheiros aprovaram a publicação do Edital de Publicidade e envio da notificação ao Município de Andradas, proprietário do bem, quanto ao tombamento provisório, nos termos do art. 20 da Lei Municipal nº 1429/2006, dando-se o prazo de 30 (trinta) dias para quem o quiser, impugnar a presente decisão, conforme art. 21 da Lei nº 1429/2006. Próximo tema a ser debatido foi **Aprovação da execução do Inventário**. Após discussão, o Conselho aprovou a Execução do Inventário e a divulgação dos bens inventariados. Foram feitas pesquisas de campo na Área 01 e 02, conforme cronograma vigente, para identificação dos bens a serem inventariados. Após este primeiro momento foram elaboradas 04 fichas de inventário pertencentes à categoria Patrimônio Imaterial (PI), Bem Móvel (BM) e Conjunto Paisagístico (CP). Não foram localizados bens na categoria de Bem Imóvel (BI) e Núcleos Urbanos (NH) para execução de inventário, porém, o município se comprometeu a realizar pesquisas periódicas para localização de novos bens. Bens cujas fichas foram executadas, de acordo com o cronograma vigente: 01: Praça dos Expedicionários. Área 1 – Seção B – (CP); 02: Bolachas tradicionais de Andradas. Área 1 – (PI); 03: Livro de Instauração do Conselho de Intendência. Área 1 – Seção B – (BM) e 04: Procissão de Santa Luzia. Área 2 – Seção B – (PI). A Divulgação da Execução do Inventário ocorreu por meio de publicação de fotografia e motivação do inventário dos bens nos murais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agrário, Turismo e Cultura. Por fim, ressaltou a presidente, o disposto no art. 20, § 1º, da Lei nº 1429/2006, sobre os efeitos do tombamento provisório. Em assuntos gerais Serra do Pau- D'álho: passou em reunião o ofício para que seja respondido ao processo nº 13.155/2025, conteúdo que foi aprovado pelos Conselheiros para que seja respondido. Foi deliberado também para que o COMPAC encaminhe ofício ao planejamento para que informe se as construções que encontram-se em torno do tombamento da Serra do Caracol estão regularizadas e se elas se encotram no entorno ou na área de tombamento. Codema oficiou para que o COMPAC se manifestar sobre o Projeto Caldeira em Caldas-MG: COMPAC deliberou, conforme ofício: A retirada de pauta ou adiamento da deliberação sobre o licenciamento minerário, até que seja:

- Realizada análise técnica cultural e arqueológica específica, com emissão de parecer pelo órgão municipal competente;
- Elaborado Estudo de Impacto ao Patrimônio Cultural (EIPC) e Relatório Arqueológico adequado à área de influência de bens tombados;
- Formalmente incluído o COMPAC como instância consultiva obrigatória no processo.
- O reconhecimento da área como Zona de Influência Cultural, em função da proximidade física, histórica e arqueológica com o Complexo de Sítios Arqueológicos Lagoa Dourada.
- A notificação oficial aos órgãos licenciadores quanto à obrigatoriedade de anuência cultural municipal e observância das salvaguardas patrimoniais. Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente Ata, que segue assinada por mim, Secretária, pela senhora Presidente, que dirigiu os trabalhos, assim como pelos demais que participaram na qualidade de Conselheiros e convidados.

152

Akauana Domiciano Oliveira Lima
Presidente

Zaíra Belloto Felisberto dos Reis
(Vice-Presidente – Membro Titular do 2º Membro da Sociedade Civil)

Juliana Bensi Moriconi
Membro Titular da ASSEA Municipal

João Carlos Expedito de Souza
1º representante da Câmara

Sandra de Cássia Lopes
Titular da Administração pública

Esveraldo Rufino
Titular representante da Imprenssa

Maria de Fátima Carvalho
Membro titular representante da igreja Católica

12. Cópia da Homologação do Tombamento

Prefeitura Municipal de Andradas, Minas Gerais
Praça Vinte e Dois de Fevereiro, s/nº - CEP 37795-000 — CNPJ nº 17.884.412/0001-34
Fone: (35) 3739-2000 - endereço eletrônico: gabinete@andradas.mg.gov.br
sítio oficial na internet: www.andradas.mg.gov.br

DECRETO N.º 3.383,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Homologa o Tombamento Definitivo do "Jatobazeiro do Parque Municipal" e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Andradas, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n.° 1.429, de 17 de fevereiro de 2006, que estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural do Município de Andradas, Estado de Minas Gerais e,

Considerando o contido no bojo do Processo Administrativo n.º 15.154/2.025;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Tombamento Definitivo do "**JATOBAZEIRO DO PARQUE MUNICIPAL**", sujeito às proteções estabelecidas pela Lei Municipal n.º 1.429/2006, conforme decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Andradas, tomada em sua 136.ª (centésima trigésima sexta) reunião, no dia 25 de novembro de 2025.

Art. 2º. O Bem Imóvel "**JATOBAZEIRO DO PARQUE MUNICIPAL**" deverá ser inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, nos termos do Art. 16, I, da Lei Municipal n.º 1.429/2006, na categoria Conjunto Paisagístico (CP).

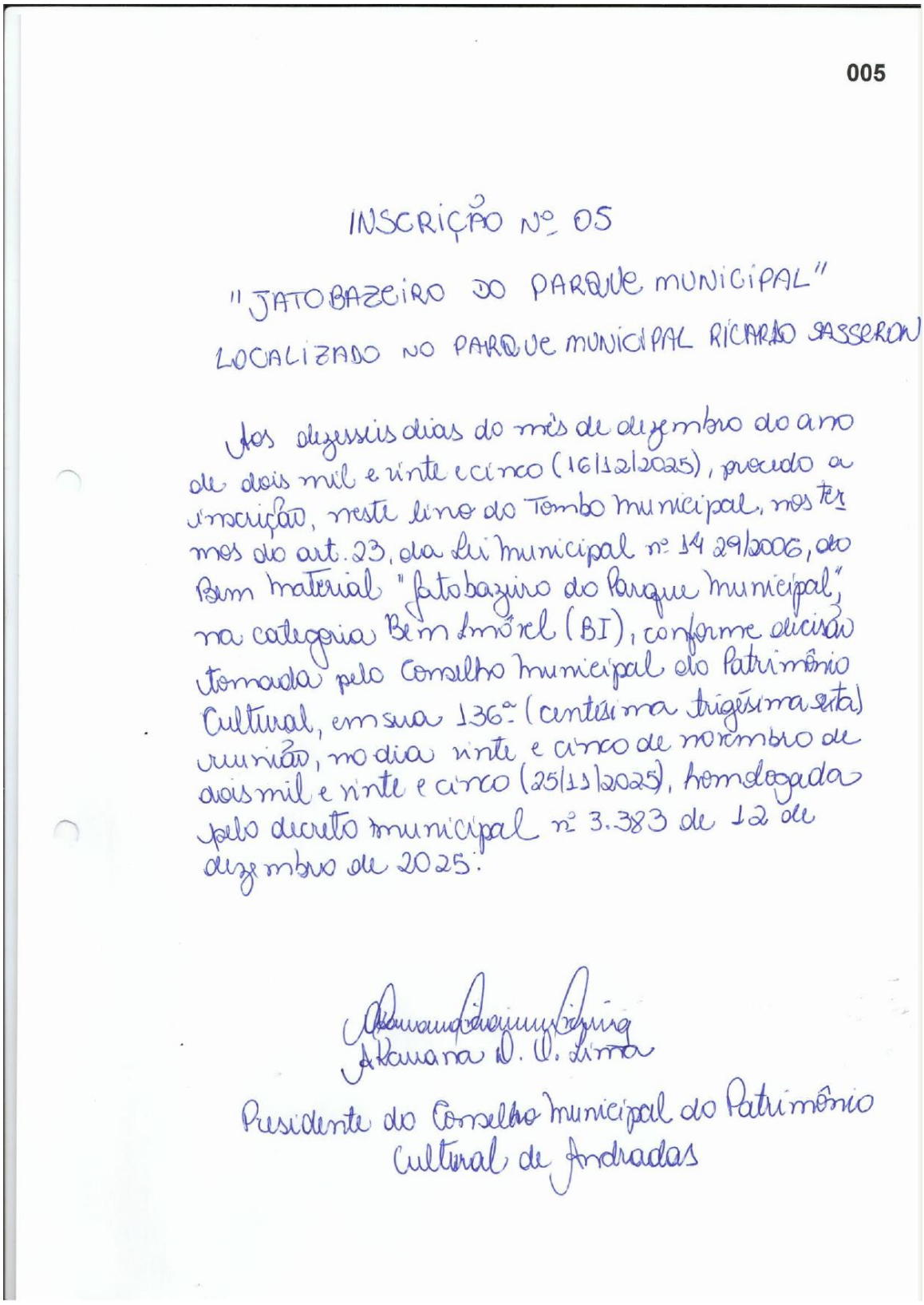
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Andradas, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Margot Navarro Graziani Pioli
Prefeita Municipal

Decreto n.º 3.383/2025- Página n.º 01

13. Cópia da inscrição no Livro de Tombo



005

INSCRIÇÃO Nº 05

"JATOBAZEIRO DO PARQUE MUNICIPAL"

LOCALIZADO NO PARQUE MUNICIPAL RICARDO GASSERON

Aos dezessis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (16/12/2025), procedo a inscrição, neste livro do Tombo municipal, nos termos do art. 23, da Lei municipal nº 14 29/2006, do Bem material "Jatobazeiro do Parque municipal", na categoria Bem Imóvel (BI), conforme decisão tomada pelo Conselho municipal do Patrimônio Cultural, em sua 136ª (centésima trigésima sexta) reunião, no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco (25/11/2025), homologada pelo decreto municipal nº 3.383 de 12 de dezembro de 2025.

Arianna D. U. Lima

Presidente do Conselho municipal do Patrimônio Cultural de Andradas

14. Ficha técnica do Processo de Tombamento do "Jatobazeiro do Parque Municipal"

Agência Mineira de Entretenimento Ltda

Rua Olímpio Pereira, nº. 291, Centro | CEP: 37750-000 | Machado-MG |
Tel.: (35) 3295-1544 | www.amecultura.com.br | diretoria@amecultura.com.br
Representante legal: Platinny Dias de Paiva

Município de Andradas

Prefeita: Margot Navarro Graziani Pioli
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agrário, Turismo e Cultura
Responsável pelo setor: Erivelton Luis Siqueira
Divisão de Cultura: Akauana Domiciano Oliveira Lima
Praça Coronel Antonio Augusto de Oliveira, s/n, Centro, Andradas, MG, CEP 37795-000

Execução do Dossiê de Tombamento

Levantamento – setembro de 2024 a abril de 2025: Jaíne Diniz Corrêa (Historiadora)/ Lorrana Negretti Ferreira (Engenheira Civil) / Luis Phillipe Grande Sarto (Arquiteto e Urbanista) / Renê Brando Filho (Responsável pelo Arquivo Municipal) / Erivelton Luis Siqueira (Secretário)
Elaboração – outubro de 2024 a setembro de 2025: Jaíne Diniz Corrêa (Historiadora)/ Lorrana Negretti Ferreira (Engenheira Civil) / Luis Phillipe Grande Sarto (Arquiteto e Urbanista) / Akauana Domiciano Oliveira Lima (Diretora de Cultura e Presidente do COMPAC).
Revisão e Finalização – setembro de 2025: Agência Mineira de Entretenimento Ltda.

JAINE DINIZ CORREA:13276834669 Assinado de forma digital por JAINE DINIZ CORREA:13276834669 Dados: 2025.12.18 14:25:12 -03'00'

Jaíne Diniz Corrêa

Erivelton Luis Siqueira

Renê Brando Filho

Akauana Domiciano Oliveira Lima

LORRANA NEGRETTI FERREIRA:09184591684 Assinado de forma digital por LORRANA NEGRETTI FERREIRA:09184591684 Dados: 2025.12.18 15:33:02 -03'00'

Lorrana Negretti Ferreira

LUIS PHILLIPE GRANDE SARTO:09921143654 Assinado de forma digital por LUIS PHILLIPE GRANDE SARTO:09921143654 Dados: 2025.12.18 16:11:04 -03'00'

Luis Phillipe Sarto

PLATINNY DIAS DE PAIVA:03943548694 Assinado de forma digital por PLATINNY DIAS DE PAIVA:03943548694 Dados: 2026.01.06 11:13:56 -03'00'

Agência Mineira de Entretenimento Ltda
Platinny Dias de Paiva